



Projeto: Elaboração do PMSB dos Municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul:
Carangola, Divinésia, Divino, Guiricema, Miradouro, Orizânia, Pedra Dourada, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Tombos.
Cliente: AGEVAP

P3 – CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

Divinésia

Revisão	Data	Responsável	Descrição
0A	19/12/2013	AHA	Minuta
0	29/01/2014	AHA	Emissão Inicial
1	14/02/2014	AHA	Atendendo Comentários
2	15/10/2014	AHA	Emissão Final

Sumário

1.	Apresentação	6
2.	Divinésia	7
2.1.	Caracterização do Município	7
2.2.	Localização e Acesso	7
2.3.	Histórico	8
2.4.	Turismo, Cultura e Lazer	9
2.5.	Geografia Física	11
2.5.1.	Climatologia	11
2.5.2.	Geologia	11
2.5.3.	Geomorfologia	12
2.5.4.	Relevo	16
2.5.5.	Recursos Naturais	17
2.5.6.	Hidrologia	24
2.6.	Organização Territorial e Política-Administrativa	28
2.6.1.	Distritos	28
2.6.2.	Poderes	29
2.7.	Características Urbanas	29
2.7.1.	Dispositivos Legais de Zoneamento Urbano, Disciplinadores do Uso e Ocupação do Solo	29
2.7.2.	Demografia	40
2.8.	Macro Informações Socioeconômicas	41
2.8.1.	Educação	41
2.8.2.	Trabalho e Renda	42
2.8.3.	Saúde	44
2.8.4.	Economia	45
2.8.5.	Disponibilidades de Recursos	45
2.8.6.	Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos	46
3.	Infraestrutura	55
3.1.	Práticas de Saneamento	55
3.2.	Abastecimento de Água Potável	56
3.3.	Esgotamento Sanitário	56
3.4.	Drenagem e Manejo das Águas Pluviais	56
3.5.	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	57
3.6.	Energia Elétrica	58
4.	Bibliografia	59

Lista de Figuras

Figura 1: Bandeira	7
Figura 2: Brasão	7
Figura 3: Estado de Minas Gerais, com destaque para o Município de Divinésia	8
Figura 4: Transporte rodoviário Município de Divinésia	8
Figura 5: Geologia do Município de Divinésia	12
Figura 6: Geomorfologia do Município de Divinésia	16
Figura 7: Altimetria do Município de Divinésia	17
Figura 8: Muriqui-do-Norte	18
Figura 9: Bugio-marrom	18
Figura 10: Jararaca-de-alcatrazes	18
Figura 11: Gavião-pomba	18
Figura 12: Prioridade de conservação da fauna de Minas Gerais	19
Figura 13: Prioridade de conservação do Município de Divinésia	20
Figura 14: Uso e cobertura do solo do Município de Divinésia	22
Figura 15: Processos minerários	23
Figura 16: Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	25
Figura 17: Corpos d'água do Município de Divinésia	26
Figura 18: Distritos do Município de Divinésia	28
Figura 19: Densidade populacional do Município de Divinésia	40
Figura 20: Condição de drenagem do Município de Divinésia	57

Lista de Tabelas

Tabela 1: Litologia do Município de Divinésia	11
Tabela 2: Unidades geológicas da região	13
Tabela 3: Unidade geomorfológica do Município de Divinésia	16
Tabela 4: Espécies ameaçadas do bioma mata atlântica	18
Tabela 5: Classes de uso e cobertura do solo do Município de Divinésia	21
Tabela 6: Processos minerários	23
Tabela 7: Partidos políticos	29
Tabela 8: Evolução demográfica do Município de Divinésia	41
Tabela 9: Unidades escolares, professores e matrícula – pré-escola – 2005 a 2012	42
Tabela 10: Unidades escolares, professores e matrículas – ensino fund. – 2005 a 2012	42
Tabela 11: Unidades escolares, professores e matrículas – ensino médio – 2005 a 2012	42
Tabela 12: Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2011	43
Tabela 13: Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011	43
Tabela 14: Variação do emprego formal em 31 de dezembro entre 2010 e 2011	44
Tabela 15: Resumo das unidades de saúde.	44
Tabela 16: Estabelecimentos por tipo.	45
Tabela 17: Expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de fecundidade – Município de Divinésia	47
Tabela 18: Doenças por faixa etária – SINAN.	48
Tabela 19: Atendimento em coleta e tratamento de esgoto sanitário	48
Tabela 20: Pobreza e desigualdade – Município de Divinésia	50
Tabela 21: Evolução do rendimento <i>per capita</i> – Município de Divinésia	50
Tabela 22: Distribuição de renda por domicílio	50
Tabela 23: Evolução do IDHM renda – Município de Divinésia	52
Tabela 24: Evolução do IDHM longevidade – Município de Divinésia	53
Tabela 25: Evolução do IDHM educação – Município de Divinésia	54
Tabela 26: Desenvolvimento humano no Brasil 2013	56
Tabela 27: Cobertura do abastecimento de água potável – continua.	56
Tabela 28: Cobertura do abastecimento de água potável - conclusão	56
Tabela 29: Domicílios particulares permanentes – destino do lixo	57

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Unidades geológicas do Município de Divinésia	12
Gráfico 2: Uso e cobertura do solo	21
Gráfico 3: Evolução demográfica do Município de Divinésia.	41
Gráfico 4: Produto interno bruto do Município de Divinésia	45
Gráfico 5: Coleta e tratamento de esgoto sanitário	49
Gráfico 6: Evolução do IDHM do Município de Divinésia-MG	52
Gráfico 7: Evolução do IDHM renda – Município de Divinésia	53
Gráfico 8: Evolução do IDHM longevidade – Município de Divinésia	53
Gráfico 9: Evolução do IDHM educação – Município de Divinésia.	54
Gráfico 10: Domicílios particulares permanentes – Censo 2010.	58

1. Apresentação

Este documento sistematiza as informações básicas de caracterização acerca de cada município, integrante do processo de planejamento para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico dos seguintes municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul: Carangola, Divinésia, Divino, Guiricema, Miradouro, Orizânia, Pedra Dourada, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Tombos, conforme prevê a Lei Nacional de Saneamento Básico - Lei 11.445/2007 e o Decreto nº 7.217, de 21 de Junho de 2010, nos termos das funções do Poder Público Municipal, no exercício da titularidade dos serviços de saneamento básico.

Estas Caracterizações são fundamentais para subsidiar o planejamento e decisões dos Planos Municipais de Saneamento Básico, neste documento em específico, o PMSB do **Município de Divinésia**. Desta forma, se destaca para esta Etapa o levantamento dos elementos apresentados no Termo de Referência do contrato nº 22/2013/AGEVAP assinado em 26 de agosto de 2013.

Entre os grandes desafios postos à sociedade brasileira, o acesso universal ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade pode ser considerado como uma das questões fundamentais do momento atual das políticas sociais. Desafio que coloca a necessidade de buscar as condições adequadas de gestão dos serviços.

Como ocorre na maioria das cidades brasileiras, o tratamento das questões relativas ao saneamento básico na Região, tem ocorrido sem uma integração mais efetiva de toda a administração municipal, principalmente em se tratando de planejamento, gestão e controle dos serviços prestados. Neste sentido, as cidades em estudo, necessitam de um rearranjo institucional integrado na área de saneamento básico que estabeleça os instrumentos de gestão financeira, operacional e administrativa, de planejamento, de regulação e controle e de participação social, assim como a definição das atribuições e responsabilidades de cada entidade e agentes públicos envolvidos no processo.

2. Divinésia

2.1. Caracterização do Município

Divinésia é um município de estado de Minas Gerais, pertencente à Região da Mata e sua área territorial é de 116,97 Km².

Segundo os dados do ultimo Censo (IBGE 2010), a população divinesiana em 2010 era de 3.293 habitantes, resultando numa densidade demográfica de 28,15 habitantes por quilômetro quadrado, valor abaixo daquele encontrado para estado de Minas Gerais, de 33,41 hab.Km².

Os símbolos oficiais são apresentados nas figuras abaixo e representam a Cidade através de manifestações gráficas de importante valor histórico daquilo do que se destaca dentro de seus limites, isto é indicam a seu povo e à nação suas origens históricas, riquezas minerais, culturais, entre outras.



Figura 1: Bandeira



Figura 2: Brasão

2.2. Localização e Acesso

Divinésia localiza-se a uma latitude 20°59'25" sul e a uma longitude 43°00'14" oeste, estando sua Sede localizada à uma altitude de 753 metros. O município faz limite com Paula Cândido, Senador Firmino, Ubá e Visconde do Rio Branco. O município, com 116,97 km², dista 297 km de Belo Horizonte, capital do estado.

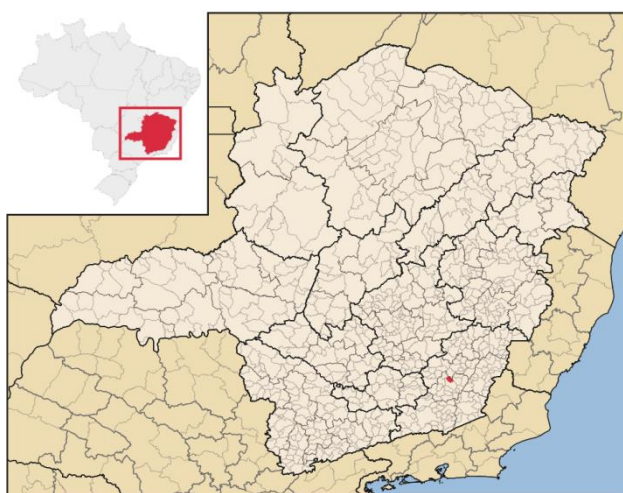


Figura 3: Estado de Minas Gerais, com destaque para o Município de Divinésia
Fonte: adaptado de ABREU, 2006.

Para acessar o município, as principais vias de ligação rodoviária são: MG 280 e MG 124, como mostra a Figura 4.

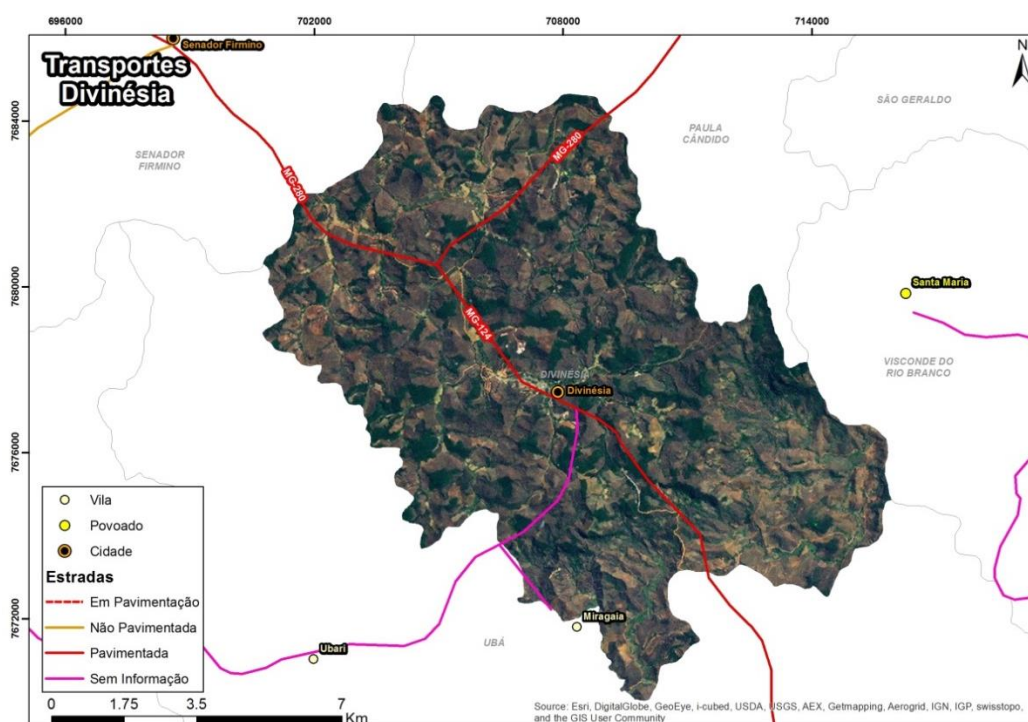


Figura 4: Transporte rodoviário Município de Divinésia
Fonte: Conen

2.3. Histórico

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Divinésia, a região era ocupada inicialmente por indígenas e por volta de 1850, surge o povoado de “Divino”. O antigo distrito foi criado pela Lei 556 de 30 de agosto de 1911, elevado a curato em 03 de março de 1922. No ano seguinte, em 07 de setembro, a Lei 843, alterou a denominação do distrito para

“Divino de Ubá” A Paróquia foi criada em 28 de abril de 1948, tendo como primeiro vigário o Padre José Soares Guimarães.

A emancipação acontece em 1962, pela Lei nº 2.764 de 30 de dezembro de 1962, quando o território é desmembrado do Município de Ubá, e passa a ter a denominação de “Divinésia”. Os símbolos representados na bandeira, significam as lavouras de café e milho, que eram a principal renda da cidade. A pomba branca ao centro da bandeira representa o Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, o qual se dá o significado do nome “Divinésia”.

2.4. Turismo, Cultura e Lazer

É considerado patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações.

Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros. Além disso, outros recortes como turismo cívico, religioso, místico/esotérico e étnico também são considerados segmentos específicos do turismo, o que gera amplas oportunidades para desenvolver roteiros adaptados a diversos gostos e necessidades, tanto do turista nacional quanto do estrangeiro.

Cabe destacar que o turismo religioso não é necessariamente um turismo feito por religiosos, místicos, santos populares, devotos de qualquer credo ou segmento religioso, efetivamente existe uma confusão motivada pela complexidade deste segmento turístico. Entretanto é significativo para o panorama municipal de planejamento de qualquer outra política administrativa, configurando um cenário positivo ainda que sazonal.

O turismo não pode ser desvinculado do estudo e do lazer e vice-versa, mesmo quando esportivo. Ao mesmo tempo em que não se deve confundir o envolvimento em práticas/informações esportivas seja como entusiasta, curiosidade ou somente o interesse com o apresentado, com o turismo de eventos esportivos. É sabido que em ambos os casos existem o deslocamento de turistas, entretanto o que motiva o processo turístico é diferenciado, devendo então atentar que neste segmento de turismo (o que difere do turismo de eventos esportivos), o turista visita com intenção de conhecer por lazer. Nele também é

importante a inserção do turista à cultura local e não o inverso, por esta razão as atividades paralelas de cultura são de suma importância.

A atividade turística em geral, apresenta um grande potencial, mas implica necessariamente em infraestrutura e ações de estudos e planejamentos que viabilizem intervenções relevantes na organização da atividade, mas acima de tudo da cidade. Esta indústria intensifica investimentos nas cidades foco, no planejamento e obras de recepção e ampliação das já existentes, para proporcionar alternativas ao turismo de qualidade e absorção desta demanda flutuante nos segmentos de saneamento, necessitando desta forma um planejamento diferencial.

As atividades de lazer são coadjuvantes importantes para toda prática do turismo, seja o cultural, o religioso e de atividades esportivas. Geralmente de fomento popular estas atividades complementa o segmento objetivado pelo turista ao escolher a Cidade.

Ressalta-se também que o turismo é outro segmento da economia de grande importância e que vem garantindo seus espaços, em sua maioria no verão no período do carnaval e o turismo religioso havendo até mesmo um circuito em datas específicas para festas regionais que que fomentam a economia da cidade, os investimentos hoteleiros e hotelaria, inclusive treinamentos e capacitação para profissionais no setor. Este turismo tem uma relação direta com o fomento artesãos, artistas plásticos, e demais segmentos artísticos, além do gastronômico local e cultural e aquece a economia local.

Com vistas a consolidar este setor é importante restaurar prédios, adequa-los a acessibilidade na urbanização da cidade assim como se investe na qualificação do saneamento para recebimento desses turistas, entre outros. Outro investimento está na capacitação e qualificação da população, realização de obras de infraestruturas, reformas de estradas, urbanização de ruas, recuperação de imóveis históricos, todos estes procedimentos resgatam a sua história e cultura.

Os principais elementos culturais que motivam as pessoas a visitar determinadas regiões são as belezas naturais, o artesanato local, as tradições, a gastronomia, as artes, a música, a história regional, a arquitetura, as manifestações religiosas e outros itens menos relevantes. Toda a herança cultural deve ser valorizada associada à preservação do patrimônio artístico, histórico, urbanístico e cultural da localidade ou região, assim como as manifestações de orgulho étnico, religioso, esportivo ou artístico que valorizam e trazem grande autoestima para as populações locais. Deve ser um instrumento de revelação da cultura, fazendo renascer aspectos que estavam no esquecimento ou até mesmo em extinção.

O turismo é uma importante atividade econômica, gera empregos, movimenta o comércio, aquece desenvolvimento econômico, impulsionam pessoas e promove um sentimento único de

liberdade. As Feiras de Artesanatos são atrativos paralelos ao turismo seja ele religioso, esportivo, rural, entre outros.

Pontos turísticos voltados para a natureza. Enfim, onde prevalece o ecoturismo, promovendo o bem-estar dos turistas por meio do meio ambiente.

Em Divinésia, datas como festas religiosas e eventos agropecuários aumentam a população presente no município. Exposição de carros antigos, encontro de jipeiros e trilheiros (motos) e saltos de parapentes fazem parte ainda dos atrativos do Município de Divinésia. Pelo exposto, de acordo com dados obtidos junto à prefeitura, tais eventos geram um movimento flutuante de aproximadamente 5.000 pessoas/por uma semana durante o ano.

2.5. Geografia Física

2.5.1. Climatologia

Seu clima é o tropical de altitude, com temperatura média de 19º C, máxima anual de 26,4º C e a mínima de 14,8º C. O município possui um índice médio pluviométrico anual de 1221,4 mm.

2.5.2. Geologia

Para elaboração dos dados referentes ao tema Geologia, foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo CPRM, a partir das cartas geológicas ao milionésimo (SF23 e SE23). Divinésia possui duas unidades geológicas, onde a predominante no município é a Unidade Divinésia, com 67% da área (Gráfico 1). As unidades geológicas, bem como a descrição das litologias destas e suas respectivas siglas, são apresentadas na Tabela 1. Nela também é possível identificar a legenda disponibilizada para cada unidade baseada nas informações cedidas pelo CPRM.

Na Figura 5, é visualizado a distribuição das unidades geológicas do Município de Divinésia.

Tabela 1: Litologia do Município de Divinésia

Nome da Unidade	Sigla	Litótipos	Legenda	Área (Km ²)
Divinésia	PP2_gamma_2d	Granito	Granito à duas micas, peraluminoso, tipo S	78,54
Unidade Mantiqueira, ortognaisse migmalítico (Piedade)	PP2pd	Anfibolito, Hornblenda-biotita gnaisse	Anfibólio-biotita ortognaisse bandado, de granulação predominantemente média, coloração acinzentada, migmatizado em intensidades diversas. Consiste essencialmente de hornblenda, biotita, plagioclásio e quartzo. Os minerais acessórios mais comuns são zircão, apatita, titanita, allanita e minerais opacos.	38,46

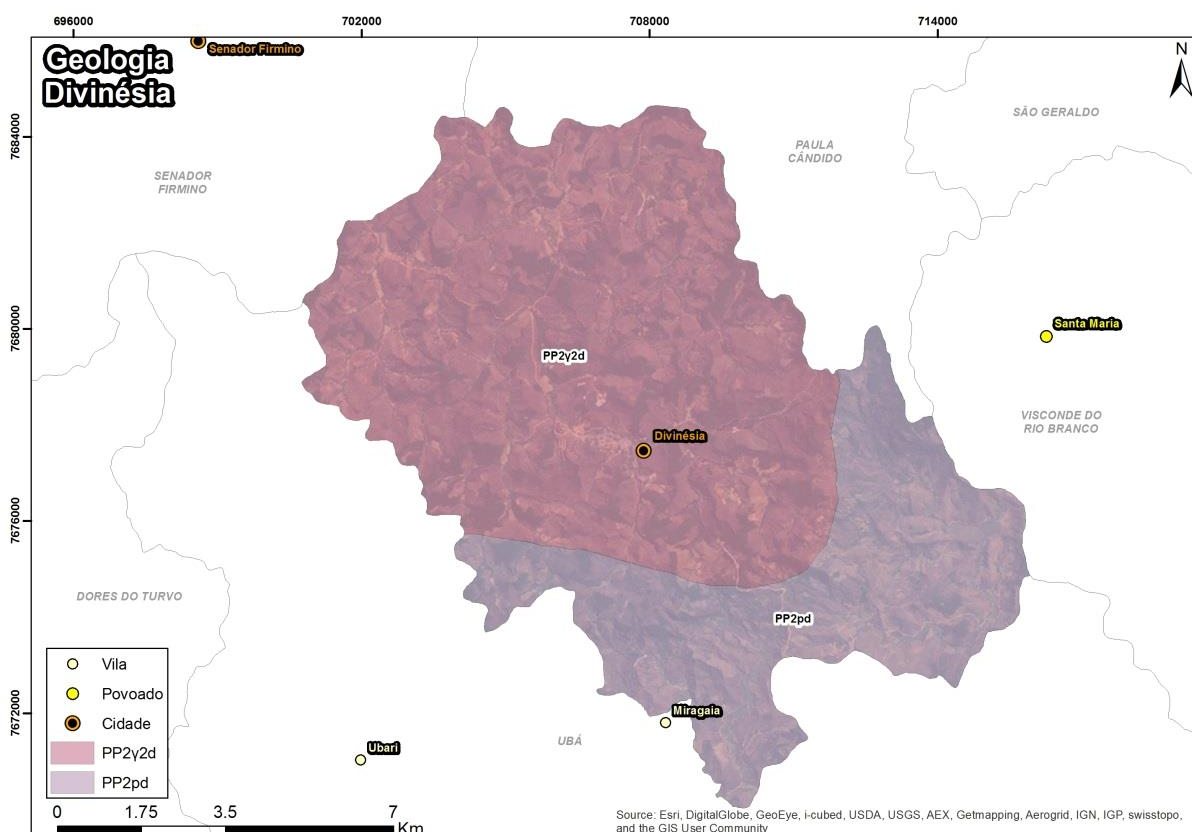


Figura 5: Geologia do Município de Divinésia
Fonte: Conen

Geologia de Divinésia

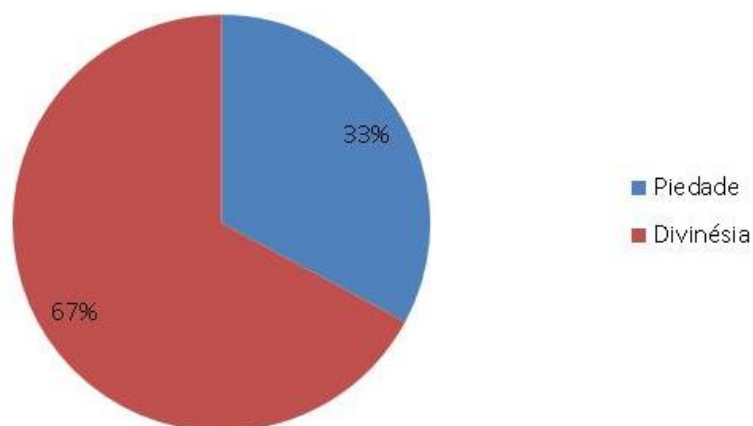


Gráfico 1: Unidades geológicas do Município de Divinésia

2.5.3. Geomorfologia

Com o intuito de elaborar os dados referentes às unidades geomorfológicas na área de interesse foram consultadas as cartas SF23 e SF24 (Rio de Janeiro e Vitória respectivamente) elaboradas pelo Projeto RADAMBRASIL (1983). Foi dada uma maior atenção a porção sudeste do estado de Minas Gerais para que se torne possível um entendimento regional da

área de interesse, para em seguida, estipular a participação das unidades geomorfológicas no município estudado.

As unidades geomorfológicas existentes nesta porção do território mineiro estão apresentadas na tabela abaixo¹.

Tabela 2: Unidades geológicas da região

Domínios Morfoestruturais	Unidades Litológicas
Faixas de Dobramentos Remobilizados	Alinhamentos de Cristas do Paraíba do Sul
	Depressão Escalonada dos Rios Pomba-Muriaé
	Patamares Escalonados do Sul Capixaba
	Planalto de Itatiaia
	Serranias da Zona da Mata Mineira
Escudo Exposto	Planalto de Campos das Vertentes
Remanescentes de Cadeias Dobradas	Planalto de Andrelândia

Assim, a partir do exposto e tendo-se por base o Projeto RADAMBRASIL (Carta SF23 e SF24), torna-se importante apresentar algumas das descrições dos domínios morfoestruturais e das unidades litológicas presentes na porção meridional de Minas Gerais.

1) **Faixas de Dobramentos Remobilizados**

Em relação ao Domínio das Faixas de Dobramentos Remobilizados, deve-se entender que as unidades geomorfológicas associadas a estes domínios possuem como principal característica a existência de uma série de evidências de ações tectônicas consideráveis na área em questão. De acordo com o Projeto RADAM (1983, p.333) algumas destas marcas estão associadas à “movimentos crustais, com marcas de falhas, deslocamentos de blocos e falhamentos transversos”. Isto, por sua vez, demonstra que a região sofreu várias alterações trazendo consequências morfológicas no local perceptíveis até o dia de hoje.

A. Alinhamentos de Cristas do Paraíba do Sul

Uma das unidades associadas a Faixa de Dobramentos Remobilizados são os alinhamentos de Cristas do Paraíba do Sul. Observa-se que esta unidade refere-se fundamentalmente ao conjunto de falhas e fraturas com orientação Nordeste-Sudoeste, evidenciando os processos de orogenia ocorrentes entre a colisão do Cráton de São Francisco e do Cráton Congo. Com este processo, percebe-se claramente o metamorfismo sofrido pelas rochas no sentido Sudoeste – Nordeste.

¹ Vale destacar que na referida área existem algumas áreas de acumulação de sedimentos, não sendo considerados necessariamente como Domínios Morfoestruturais. Um exemplo destas áreas está representado pelo Terraço Fluvial que segundo o RADAM (1983) é caracterizado por ser uma “área plana, levemente inclinada, apresentando algumas vezes ruptura de declive em relação ao leito do rio e às várzeas recentes situadas em nível inferior, entalhada devido às mudanças de condições de escoamento e consequente retomada de erosão, sujeita a eventuais inundações”.

B. Depressão Escalonada dos Rios Pomba-Muriaé

Esta unidade por sua vez estão associadas à processos de dissecação do relevo pelas bacias dos rios Pomba e Muriaé. Desta forma, grande parte desta unidade passa a ser composta por material sedimentar associado aos uma série de processos erosivos. De acordo com o Projeto RADAM:

“desenvolvem-se na área formações superficiais, constituídas, do topo para a base, de colúvios, linhas de pedra, rocha alterada e finalmente a rocha gnáissica. Também ocorrem áreas de formação lateríticas, observadas descontinuamente em cortes de estradas” (RADAM, 1983, p. 342).

C. Patamares Escalonados do Sul Capixaba

Os patamares escalonados do Sul Capixaba estão diretamente associados à existência de variados degraus de acesso em relação à forma da topografia local, o que por sua vez contribuí para a existência de um terreno movimentado formado pela existência de uma série de vales com drenagens encaixadas. De acordo com o RADAM (1983, p.346), “é muito comum, em escala ampla, a presença de vales abertos e colmatados, cortados por uma drenagem, ao que tudo indica, muito recente já que a origem destes depósitos localiza-se nos ravinamentos das encostas”.

D. Planalto de Itatiaia

Outra unidade associada à Faixa de Dobramentos Remobilizados é o Planalto de Itatiaia. Esta unidade possui inclusive dois compartimentos específicos: o ocidental, caracterizado fundamentalmente por “relevos de dissecação diferencial com aprofundamento de drenagem variável” (RADAM, 1983, p.344), enquanto o setor oriental é caracterizado pela sua contiguidade espacial em relação ao Itatiaia.

E. Serras da Zona da Mata Mineira

Em relação a unidade Zona da Mata Mineira há de se destacar inicialmente que a sua nomenclatura refere-se a sua localização, ou seja, esta unidade está inserida no contexto na unidade fisiográfica Zona da Mata. De acordo com o RADAM (1983, p. 346), “a unidade é marcada por escarpas adaptadas a falhas, sulcos estruturais, grandes linhas de cumeadas e cristas simétricas alinhadas, que (...) indicam a direção dos dobramentos e falhamentos ocorridos na área”.

Este tipo de descrição, por exemplo, sugere que esta porção do território sofreu intensos processos tectônicos, e que ainda hoje trazem consequências quando entendidas em conjunção com o uso e ocupação do solo. No mesmo projeto foram observados em

diversos pontos da unidade a existência de grandes voçorocas nas encostas do relevo, potencializadas pelas ações vinculadas às transformações do setor pecuário.

2) Remanescentes de Cadeias Dobradas

Este domínio, por sua vez, está diretamente associado aos processos que resultaram na exumação das estruturas dobradas remanescentes de diferentes ciclos geológicos.

A. Planalto de Andrelândia

Esta unidade é caracterizada pela ocorrência de pacotes pouco espessos de solo devido a alta dissecação, confluindo para o aprofundamento de incisões de drenagem. Os topos das colinas apresentam-se com morfologia convexa bem como suas encostas (o que contribui sobremaneira para a pouca retenção de solo nas encostas da unidade).

“Muitas vezes a cobertura é inexistente, dando lugar apenas à linha de pedra, repousando diretamente sobre a rocha alterada (...). São frequentes as voçorocas com dezenas de metros de extensão e largura considerável devido a conjugação dos fatores de alteração da rocha, elevada quantidade de mica dessa alteração e ausência da cobertura vegetal, fatos que facilitam o deslizamento dos pacotes alterados”. (RADAM, 1983, p.330)

3) Domínio do Escudo Exposto

Este domínio é caracterizado pela sua grande estabilidade morfoestrutural, ou seja, está associado à áreas que não sofreram ações tectônicas intensas no passado. Encontra-se inclusive envolta por faixas móveis que, diferentemente do escudo sofreram intensos processos tectônicos.

A. Planalto de Campos das Vertentes

Por fim, a unidade Planalto de Campos das Vertentes é caracterizada pelo intenso processo de dissecação resultando em uma paisagem conhecida como “mar de morros” no qual as colinas passam a sofrer contínuo processo de intemperismo sendo esculpidas e assumindo formas “mamelonares”, apresentando desta maneira, vertentes majoritariamente convexas com topos arredondados.

É ainda importante destacar que devido ao relevo movimentado torna-se perceptível a presença de vales que são retrabalhados conforme o processo de dissecação promovido pelos cursos de água existentes. Desta maneira, a tendência do relevo é a criação de morros e morrotes isolados a partir do processo de contínuo retrabalho do relevo.

A unidade geomorfológica existente no município e o mapa da mesma estão apresentados na Figura 6 e na Tabela 3.

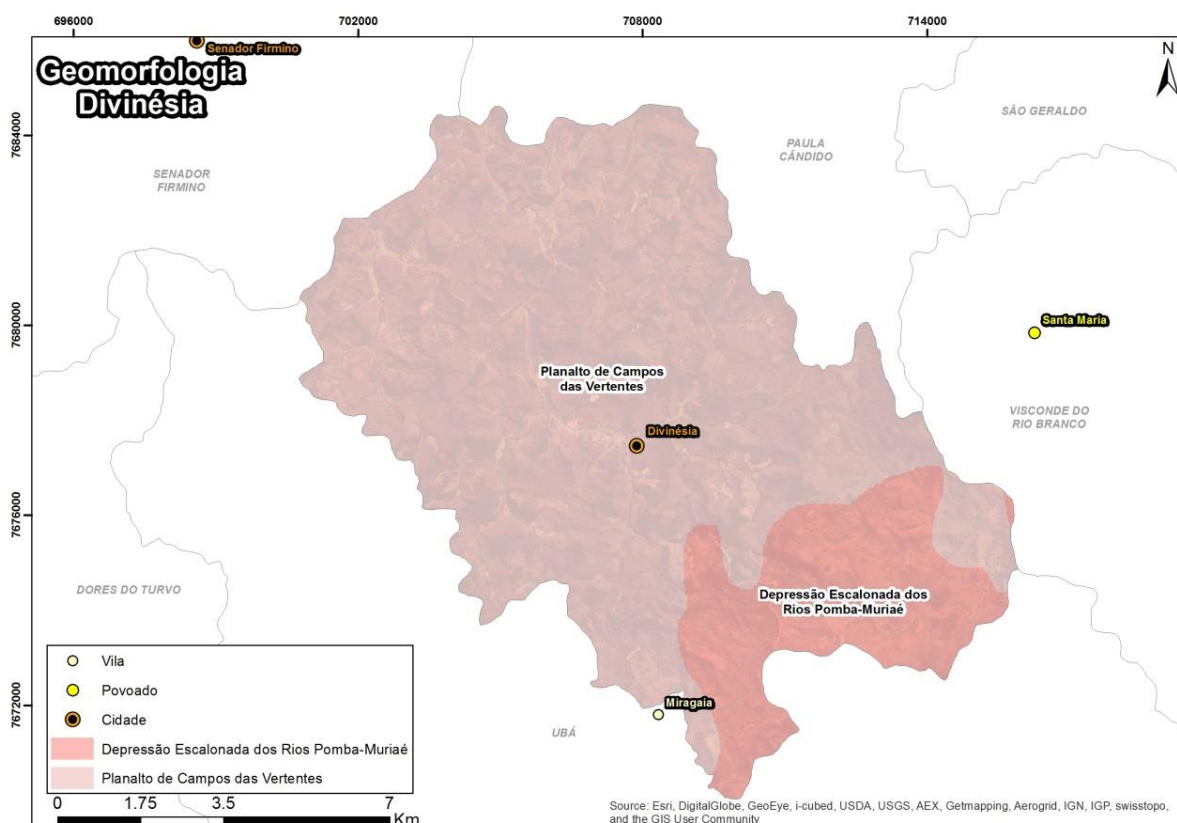


Figura 6: Geomorfologia do Município de Divinésia
Fonte: Conen

Tabela 3: Unidade geomorfológica do Município de Divinésia

Domínio Morfoestrutural	Unidades Geomorfológicas	Área (Km ²)
Escudo Exposto	Planalto de Campos das Vertentes	94,8
Faixas de Dobramentos Remobilizados	Depressão Escalonada dos Rios Pomba-Muriaé	22,2

2.5.4. Relevo

A topografia do município se apresenta dividida nas seguintes faixas: Plano, Ondulado e Montanhoso, onde 10% de Divinésia se encontra no Relevo Plano, 10% em relevo ondulado e 80% no montanhoso. No Alto da Fraternidade é encontrada a máxima altitude do município – 932 m – e na Foz Córrego Paraíso a mínima altitude – 490 m, conforme se observa na Figura 7².

² As informações expostas no mapa podem apresentar diferença em relação àquelas do texto. Isto deve-se fundamentalmente à diferença encontrada nas fontes consultadas quando comparadas ao mapeamento. Deve-se lembrar que as informações apresentadas no mapa são provenientes das imagens de radar SRTM (Shuttle Radar Topography Mission).

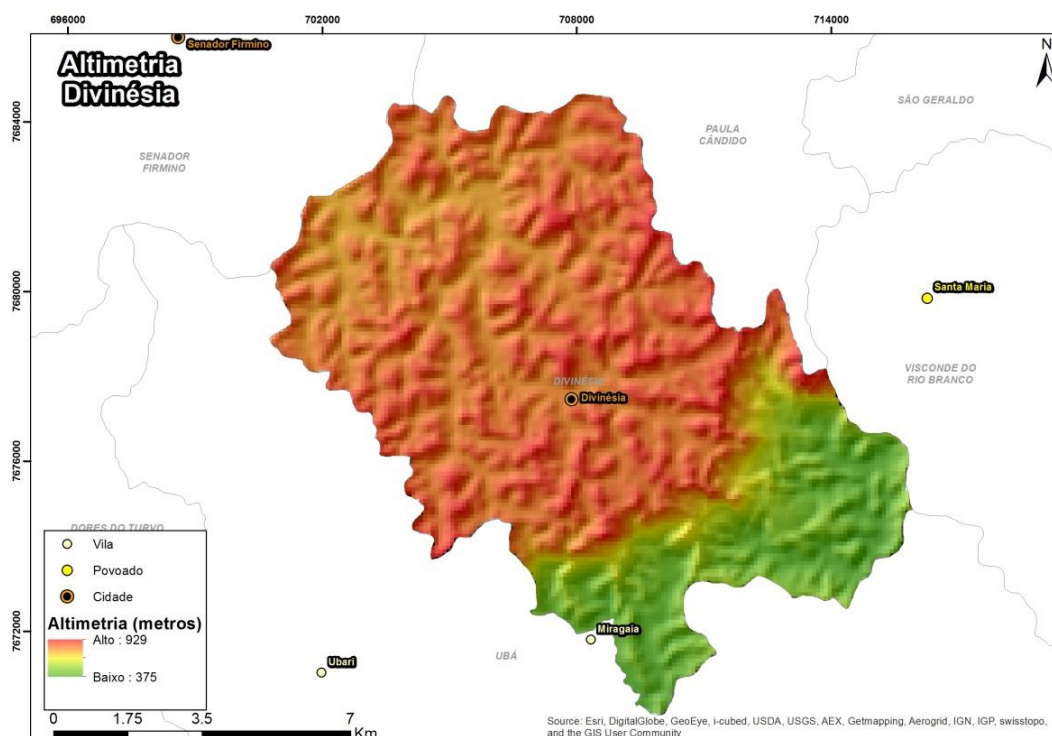


Figura 7: Altimetria do Município de Divinésia
Fonte: Conen

2.5.5. Recursos Naturais

2.5.5.1. Fauna

O contexto faunístico na área de estudo está diretamente associado à existência do bioma Mata Atlântica. Este bioma por sua vez congrega a existência de uma série de formações florestais diferenciadas com ecossistemas associados como, por exemplo, as restingas, manguezais e campos de altitude (MMA, 2013). Pelo número de espécies florísticas e faunísticas associadas a este bioma a mesma se configura como uma área extremamente prioritária no que tange a conservação (muito devido ao atual *status* de contínua fragmentação e redução do seu espaço de cobertura). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2013), a fauna associada a este bioma, a partir de estudos já realizados “indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes” (2013).

Esta introdução referente a Mata Atlântica se faz necessária pois parte do estado de Minas Gerais é composta por este bioma. No estado de Minas Gerais:

“A grande maioria das espécies de mamíferos registradas no Estado ocorre na Mata Atlântica, sendo aproximadamente um terço (65) exclusivas desse bioma. Este é, por exemplo, o caso do miqui-do-norte (Brachyteles hypoxanthus), o maior dos macacos neotropicais. (...) Para a avifauna, das 785 espécies que ocorrem no Estado – aproximadamente a metade da riqueza das aves do Brasil – 54 são endêmicas da Mata Atlântica.” (CAMPALINI & PROCHNOW, 2006, p. 109).



Figura 8: Muriqui-do-Norte

Fonte: ICMBIO

Foto: Fernanda

Tabacow



Figura 9: Bugio-marrom

Fonte: ICMBIO

Foto: Marco A. de

Freitas



Figura 10: Jararaca-de-alcatrazes

Fonte: ICMBIO

Foto: Otávio marques



Figura 11: Gavião-pomba

Fonte: ICMBIO

Foto: Marco A. de

Freitas

É de suma importância, entretanto, que se destaque a fragilidade destas espécies a partir dos fenômenos e processos antrópicos que vem contribuindo sobremaneira para a fragmentação e diminuição dos remanescentes florestais de Mata Atlântica. Em 2004, a partir de estudo apresentado referente às espécies ameaçadas, pode-se perceber a partir da Tabela 4 abaixo, que a situação encontrada neste bioma em questão é extremamente crítica no que tange a fauna. Além da proporcionalidade de espécies ameaçadas encontradas na Mata Atlântica em relação ao total da lista de espécies ameaçadas, pode-se perceber que muitas destas são endêmicas ao próprio bioma, o que reforça a fragilidade do próprio bioma.

Tabela 4: Espécies ameaçadas do bioma mata atlântica

Grupo	Espécies Ameaçadas (na lista/ na Mata Atlântica)	Espécies endêmicas à Mata Atlântica
Aves	160/118	49
Anfíbios	16/16	16
Mamíferos	69/38	25
Répteis	20/13	10

Fonte: Anuário Mata Atlântica/Reserva da Biosfera Mata Atlântica

É importante que se destaque a existência da Lei Nº 11.428 de 22 de Dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, o que por sua vez, reflete diretamente sobre a proteção da Fauna.

“Verificada a ocorrência do previsto na alínea a do inciso I deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies” (BRASIL, 2006).

Um dos documentos mais importantes elaborados recentemente, o Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Minas Gerais, elaborou um levantamento sobre as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade vinculadas a fauna estadual, apresentando assim áreas mais vulneráveis no que tange à perda de biodiversidade faunística.

O Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Minas Gerais elaborou um levantamento sobre as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, buscando representar e inferir no estado como um todo as áreas mais vulneráveis em relação à perda de biodiversidade faunística. Este tipo de análise pode contribuir para o entendimento dos processos e fenômenos que ocorrem em determinado recorte espacial, possibilitando assim o fomento de ações por parte do poder público para a manutenção das espécies de fauna ameaçadas. De acordo com o próprio estudo,

“A região Sul de Minas Gerais caracteriza-se por apresentar grande parte do território com baixa ou média vulnerabilidade à perda de biodiversidade faunística. Este aspecto está relacionado provavelmente ao histórico de ocupação humana secular da região, que resultou em remoção de grande parte da cobertura vegetal original. Esta remoção de cobertura vegetal resulta, de maneira geral, na perda dos componentes faunísticos mais exigentes de habitat e predadores de topo.” (SCOLFORO et al, 2008, p. 157)

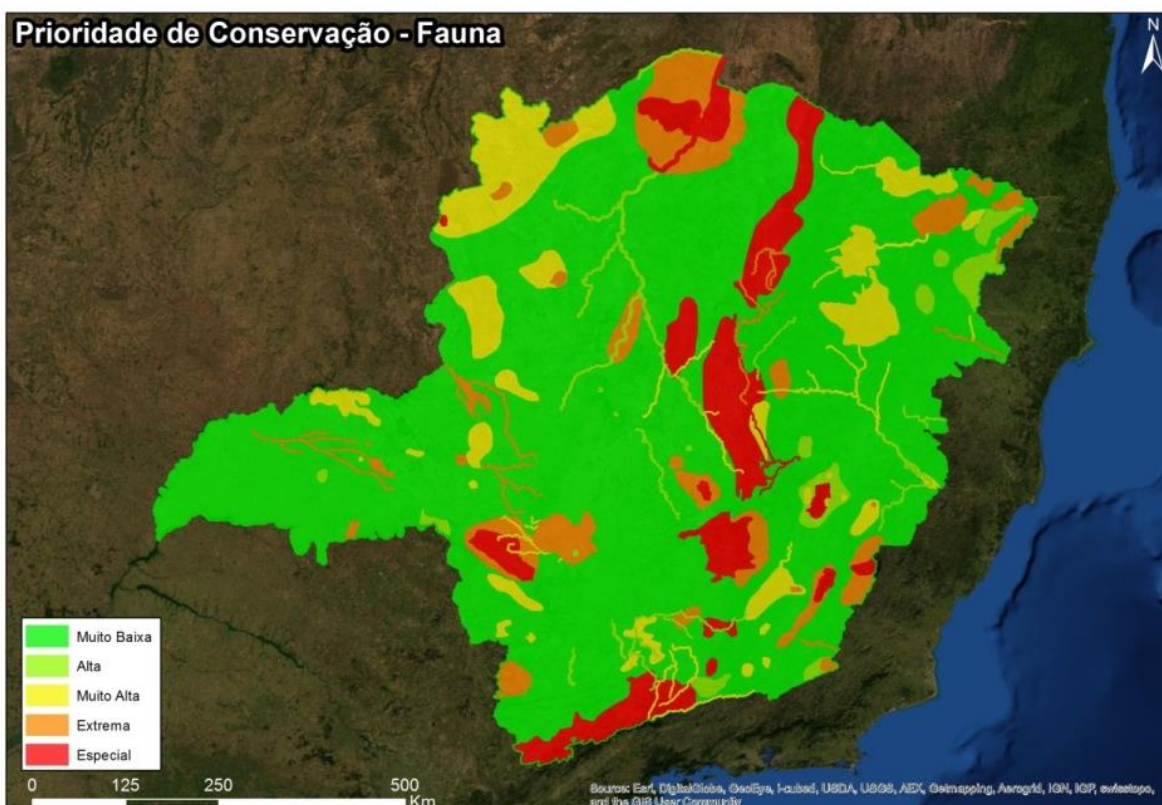


Figura 12: Prioridade de conservação da fauna de Minas Gerais

Assim, apresenta-se a seguir o cenário do município tendo por base o Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Minas Gerais.

O Município de Divinésia, de acordo com o Zoneamento Econômico Ecológico, apresenta um cenário bastante homogêneo na sua totalidade municipal. Desta maneira, não há grandes destaques para áreas prioritárias para conservação no município em relação a fauna, como mostra a Figura 13.

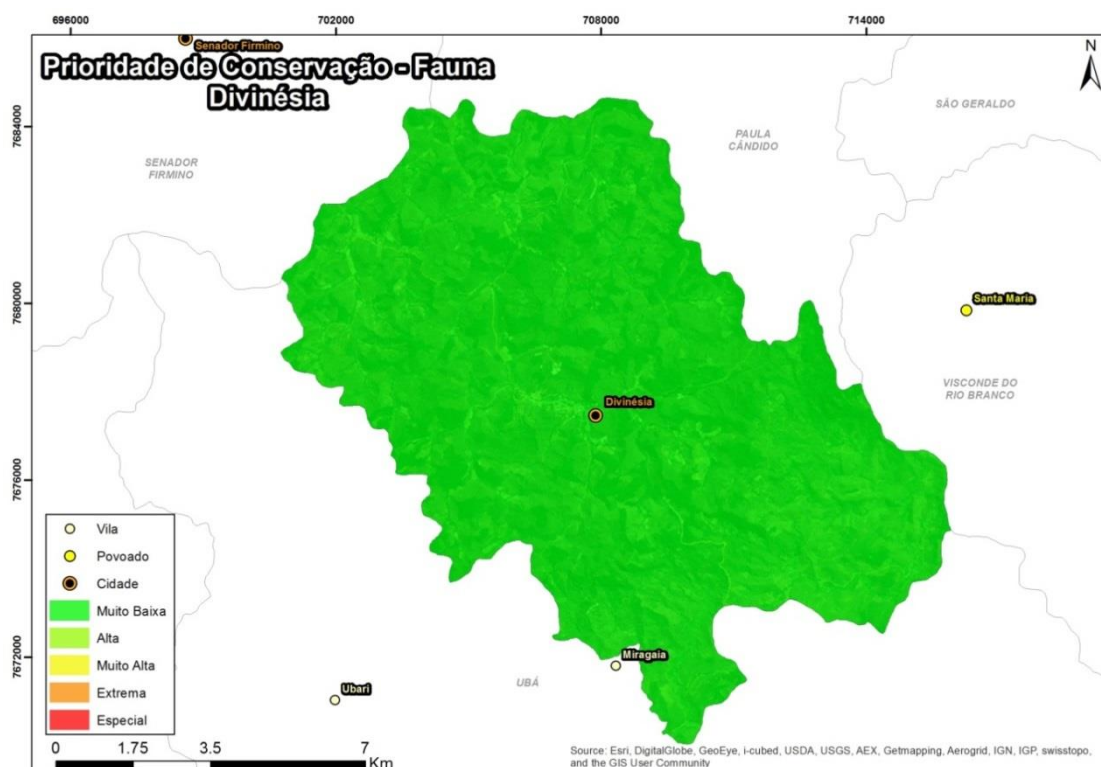


Figura 13: Prioridade de conservação do Município de Divinésia
Fonte: Conen

2.5.5.2. Flora

Com o intuito de se estabelecer a caracterização paisagística da área de estudo foi elaborado um mapeamento que apresenta a diferenciação entre os tipos de uso e cobertura existentes no município. Através deste tipo de produto torna-se possível o entendimento dos diferentes padrões de ocupação do solo, permitindo desta maneira uma percepção dos variados componentes da paisagem e, conseqüentemente, das relações espaciais presentes em determinado local.

Assim, tendo-se por base as informações disponibilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (2006)³ em relação a cobertura vegetal dos biomas brasileiros foi possível determinar o uso e cobertura no município. Vale destacar que as classes apresentadas baseiam-se no Manual

³ Conforme nota de crédito dos mapeamentos elaborados torna-se importante destacar que as cartas foram “elaboradas a partir da interpretação de imagens TM do satélite Landsat, obtidas em 2002 e trabalhos de campo realizados em agosto de 2005, utilizando o Sistema de Classificação descrito no "Manual Técnico da Vegetação Brasileira", do IBGE (no prelo), como parte das atividades do subprojeto "Levantamento e Mapeamento dos Remanescentes da Cobertura Vegetal do Bioma Mata Atlântica", na escala 1:250.000. Este subprojeto insere-se na temática "Levantamento dos Remanescentes da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros" financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), via Banco Mundial, e pelo Tesouro Nacional, em parceria com o CNPq, dentro do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) do Ministério do Meio Ambiente”

Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012) e estão apresentadas na Tabela 5, Gráfico 2 e Figura 14.

Tabela 5: Classes de uso e cobertura do solo do Município de Divinésia

Nome da Classe	Descrição	Área
Pecuária (pastagem)	Nas escalas regional e exploratória, não é fácil mapear pastos, separando-os da agricultura cíclica. O mais conveniente é englobá-los no item "agropecuária". Nas escalas de semidetalhe e detalhe, com auxílio de sensores fotográficos pancromáticos e infravermelhos em escala até 1:50 000 podem-se mapear perfeitamente os pastos por todo o País, embora às vezes as comunidades vegetais secundárias induzam a erros, que não são graves, porque servem para o pastoreio do gado em criação extensiva.	97,68
Vegetação Secundária	Áreas de vegetação que surgem onde houve intervenção humana para o uso da terra, seja com finalidade mineradora, agrícola ou pecuária, ou seja, áreas que surgem com o abandono da terra, após o uso pela agricultura, pecuária ou pelo reflorestamento.	0,41
Floresta Estacional Semidecidual Montana	São poucas as áreas ocupadas por esta formação estabelecida acima de 500m de altitude A formação Montana é quase sempre dominada pelo gênero <i>Anadenanthera</i> que às vezes constitui consorciações da ochlospécie <i>Anadenanthera peregrina</i> (L) Speg, de origem amazônica, localizada principalmente nos sills basálticos ainda conservados.	18,29
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	Nesta formação, encontram-se dispersas as maiores disjunções de floresta decidual. A floresta da vertente interiorana da Serra da Mantiqueira, situada em território mineiro, reveste terrenos do Pré-Cambriano. É constituída por mesofanerófitos de folhagem sempre verde dos gêneros <i>Aspidosperma</i> e <i>Cariniana</i> e em algumas vezes por macrofanerófitos, destacando-se dentre eles o gênero <i>Anadenanthera</i> com sua ochlospécie <i>Anadenanthera peregrina</i> (L.) Speg. que é caducifólia e dominante.	0,45
Influência Urbana	Áreas influenciadas pela Urbe	0,16
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	Áreas em que não se pode definir o tipo de antropismo existente devido, principalmente, a condições de acesso.	0,01

Uso e Cobertura do Solo

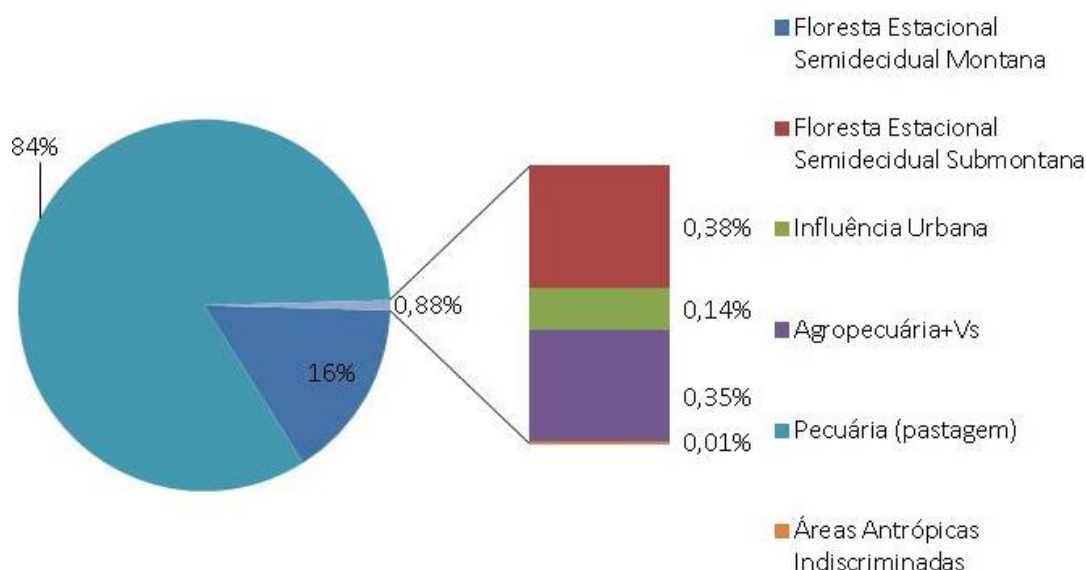


Gráfico 2: Uso e cobertura do solo

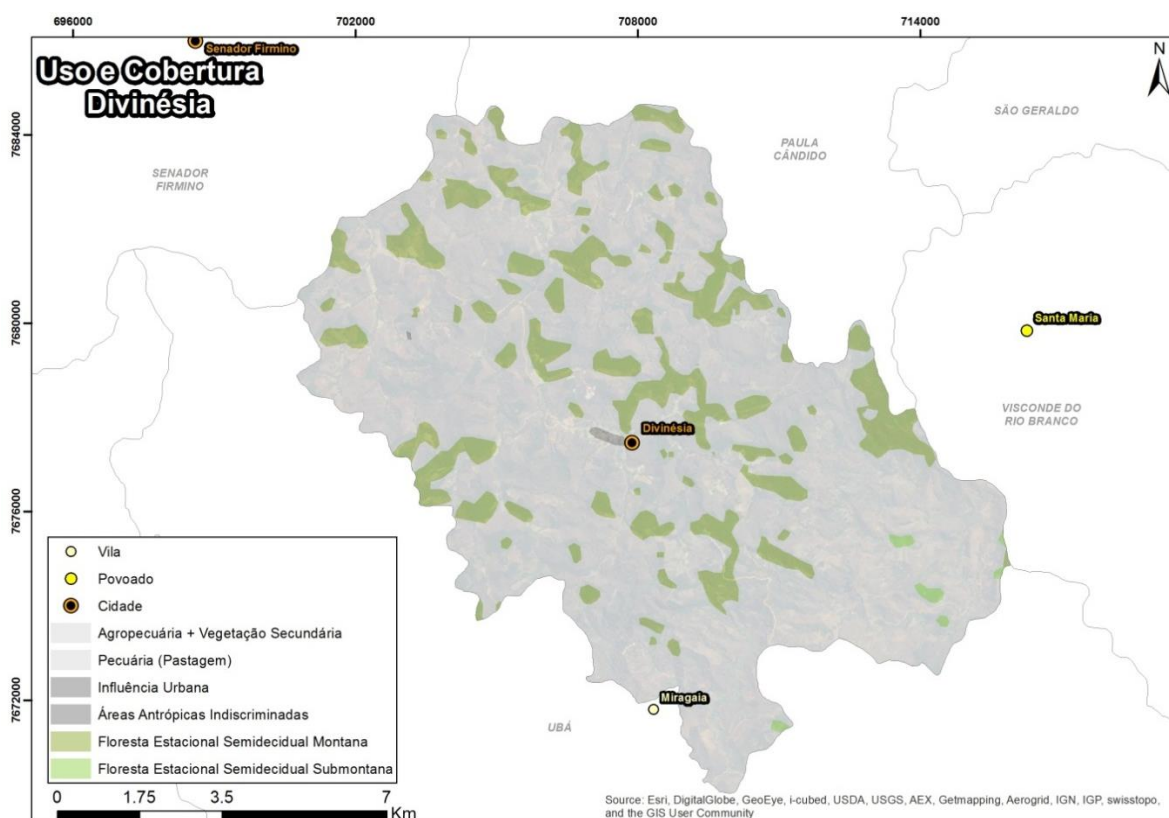


Figura 14: Uso e cobertura do solo do Município de Divinésia
Fonte: Conen

O Município de Divinésia, assim como quase toda a porção sudeste do estado de Minas Gerais, possui atualmente um cenário bastante vinculado à existência (e predominância) de áreas voltadas para a agricultura e pastagem (ainda que as mesmas contenham algumas porções de Vegetação Secundária).

No entanto há de se destacar a ocorrência de fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual Montana (distribuídas ao longo do município com um todo) e Floresta Estacional Semidecidual Submontana (ocupando principalmente a porção sudeste do município em poucos fragmentos). Assim, vale também apontar que grande partes dos fragmentos existentes encontram-se isolados, não existindo grandes corredores ecológicos ao longo do território, o que suscita um quadro preocupante no que tange a conservação das espécies localizadas no município.

2.5.5.3. Processos Minerários

Em relação aos processos minerários, deve-se atentar que a mesma está diretamente relacionada com as informações geológicas. A identificação dos locais fornece uma gama de informações em relação aos lotes/ocorrências que atualmente são exploradas, beneficiadas ou em vias de exploração.

Assim, informações como área de pesquisa, área de requerimento de pesquisa ou lavra material extraído, empresa responsável e uso das substâncias extraídas, contribuem

sensivelmente para o entendimento das múltiplas atividades extrativistas ocorrentes e suas consequências (sejam elas vinculadas ao meio físico ou ao meio socioeconômico) na área de interesse.

Os dados apresentados foram obtidos junto ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral no ano de 2013 (DNPM, 2013).

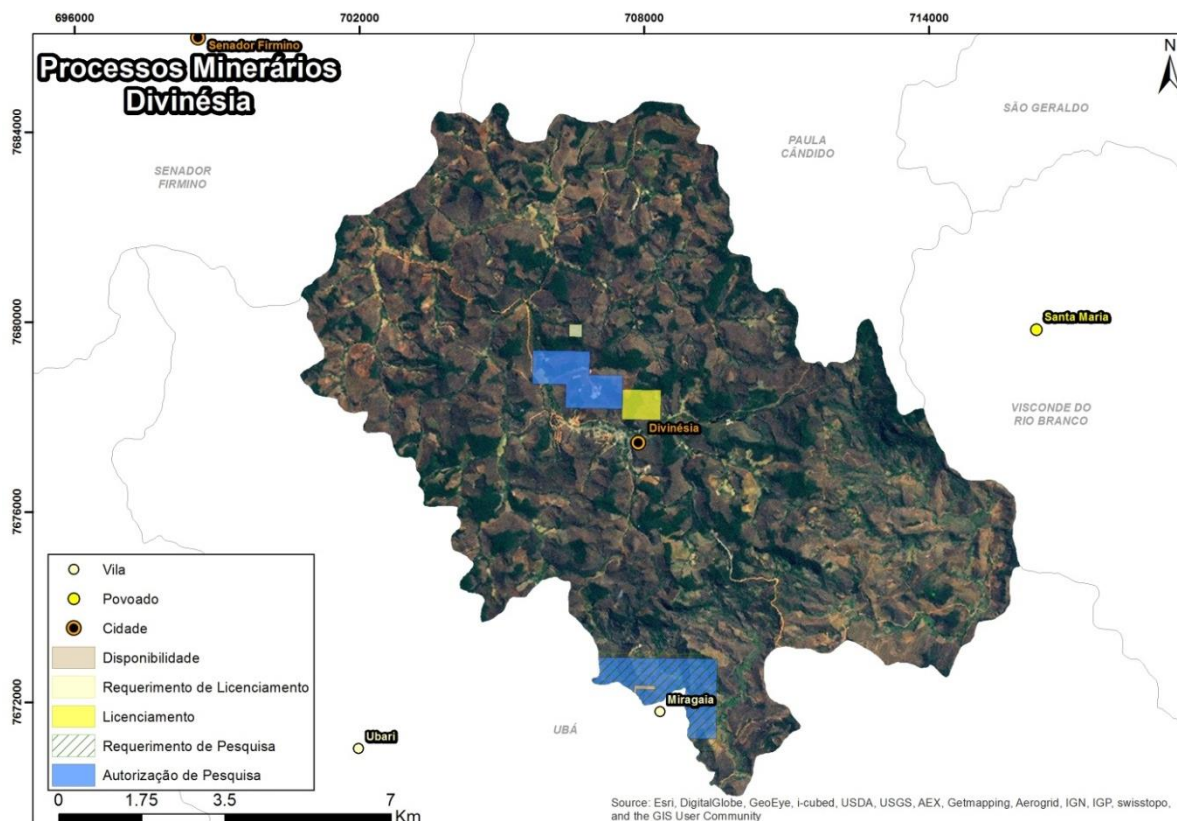


Figura 15: Processos minerários
Fonte: Conen

No Município de Divinésia, de acordo com os dados disponibilizados pelo DNPM, foram identificados apenas 7 lotes com processos minerários ativos, sendo que a substância mais visada é o cascalho (orientado para a construção civil e produção de brita). Entretanto, também é identificada a extração/pesquisa de areia quartzosa e quartzo (Mineração Caracol Ltda. e Alfié Minérios Ltda respectivamente) (Tabela 6).

Tabela 6: Processos minerários

Substância	Número de Processos Minerários
Areia Quartzosa	1
Cascalho	5
Quartzo	1

Em relação à distribuição espacial dos lotes associados à exploração mineral no município percebe-se que grande parte de Divinésia não possui lotes voltados para atividades mineradoras, sendo os mesmos lotados em porções específicas do território.

Em relação às áreas de autorização de pesquisa, os lotes se localizam a norte da Sede Municipal, bem como na porção sul do município (nas proximidades de Miragaia – Município de Ubá). Além destas, ao norte da Sede Municipal também se localiza um pequeno lote em fase de licenciamento.

2.5.6. Hidrologia

A hidrologia é uma ciência dedicada ao estudo das águas. Esta ciência estuda a ocorrência de água em determinados locais, sua circulação, propriedades químicas e físicas, leis e fenômenos interativos que ocorrem entre a água e o meio ambiente. De extrema importância para o entendimento da formação de rios, lagos e oceanos, e também importante para a prospecção de poços de água e aquíferos. Entretanto, não cobre todo o estudo sobre oceanos (oceanografia) e também não se preocupa com usos médicos da água (hidrologia médica).

Sua importância hoje é vista em diversos campos da engenharia, neste sentido destaca-se a hidráulica, sanitária, agrícola e de recursos hídricos, principalmente para atenuação das enchentes (controle de cheias) e seus danos, drenagem (macro e microdrenagem), esgotamento sanitário, abastecimento de água, irrigação, potencial elétrico, gerenciamento de bacias, controle de erosão, reservação e previsão hidrológica.

2.5.6.1. Dados Hidrológicos

É a ANA - Agência Nacional de Águas responsável pela coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional. Composta de 4.633 estações pluviométricas e fluviométricas, onde se monitoram o nível e a vazão dos rios, a quantidade de sedimentos e a qualidade das águas, a Rede monitora 2.176 dos 12.978 rios cadastrados no Sistema de Informações Hidrológicas da ANA.

As estações de monitoramento da ANA são operadas por entidades parceiras e contratadas pela Agência Nacional de Águas. Os dados oriundos desse monitoramento encontram-se disponíveis no Sistema de Informações Hidrológicas - HidroWeb e no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH.

Essas informações são fundamentais tanto para a tomada de decisões de gerenciamento de recursos hídricos e também para o desenvolvimento de projetos em vários segmentos da economia que são usuários da água, como: agricultura, transporte aquaviário, geração de energia hidrelétrica, saneamento, aquicultura. Divinésia não possui estações hidrológicas em seu território.

2.5.6.2. Rede Hidrográfica

Segundo dados do Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, a bacia do Rio Paraíba do Sul está localizada na região sudeste do Brasil, com uma área de aproximadamente 62.074 km², estendendo-se pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, abrangendo 184 municípios - 88 em Minas Gerais, 57 no Estado do Rio de Janeiro e 39 no estado de São Paulo. A área da bacia corresponde a cerca de 0,7% da área do país e, aproximadamente, a 6% da região sudeste do Brasil. No Rio de Janeiro, a bacia abrange 63% da área total do estado; em São Paulo, 5% e em Minas Gerais, apenas 4%.

O vale do rio Paraíba do Sul distribui-se entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, situando-se em colinas e montanhas de mais de 2.000 metros nos pontos mais elevados, e poucas áreas planas. A área é caracterizada por um clima predominantemente tropical quente e úmido, com variações determinadas pelas diferenças de altitude e entradas de ventos marinhos.

A bacia situa-se na região da Mata Atlântica, que se estendia, originariamente, por toda a costa brasileira (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul) numa faixa de 300 km, porém somente 11% da sua área total é ocupada pelos remanescentes da floresta, a qual se pode encontrar nas regiões mais elevadas e de relevo mais acidentado.

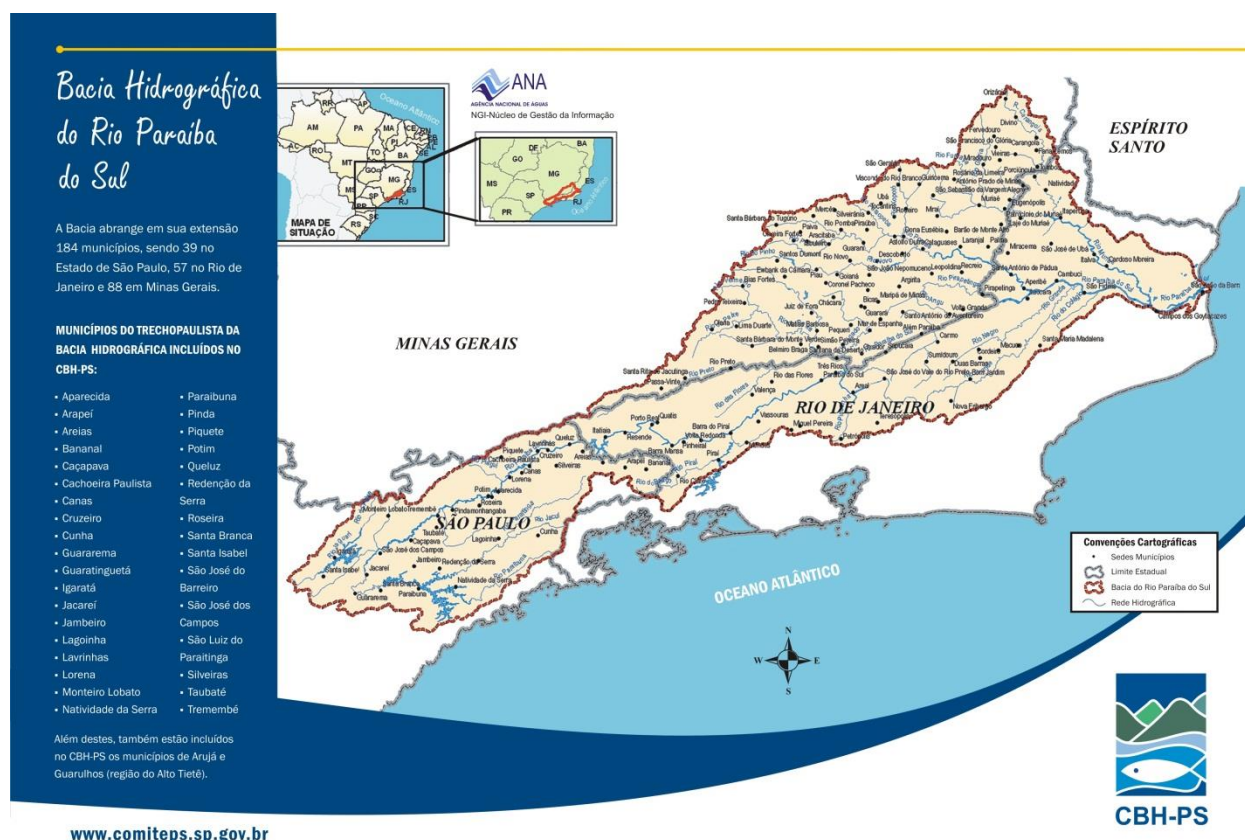


Figura 16: Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Fonte: Comiteps

Os principais rios que cortam o Município de Divinésia são: Córrego da Grama, Ribeirão São Francisco, Córrego dos Peões, Córrego Santa Filomena e Córrego Boa Vista da Serra, como mostrado na Figura 17.

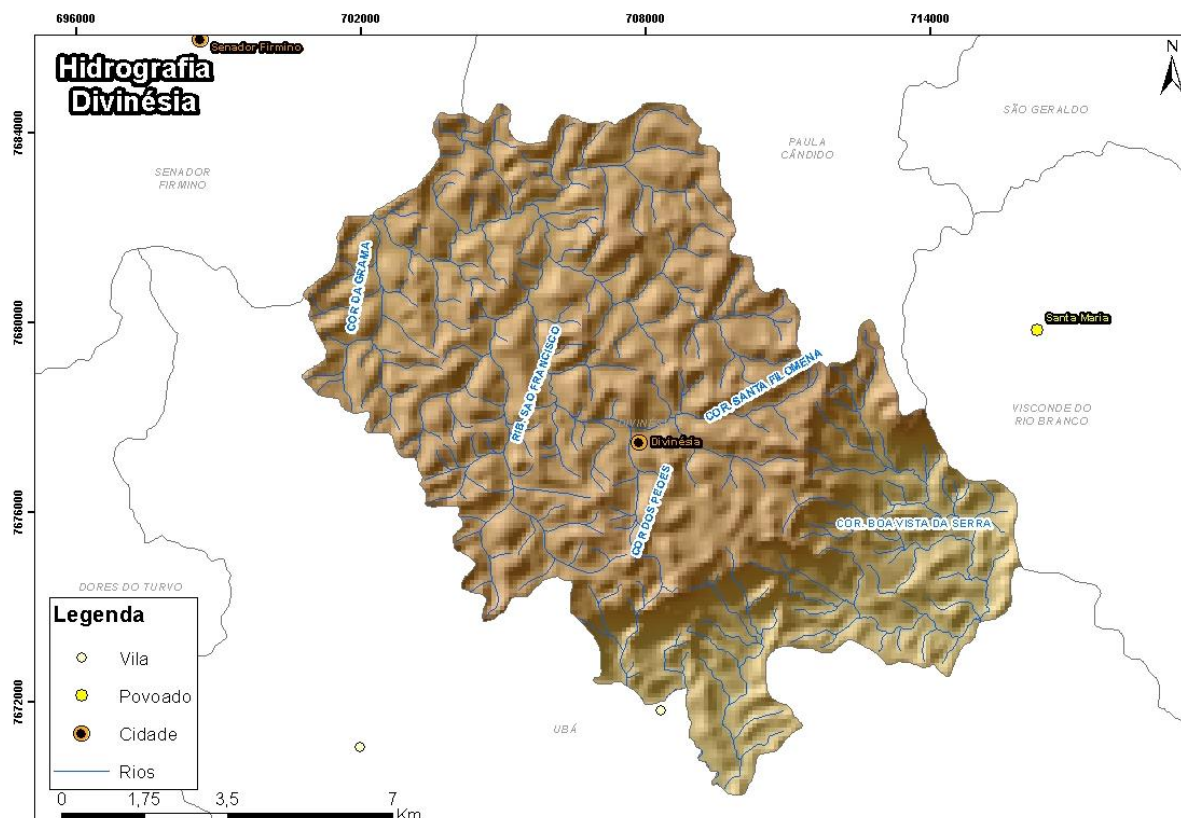


Figura 17: Corpos d'água do Município de Divinésia
Fonte: Conen

2.5.6.3. Usos e Enquadramento - Usos Diversos dos Recursos Hídricos no Município

“O Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo os usos preponderantes, é um dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, visando estabelecer metas de qualidade para os corpos de água, a fim de assegurar os usos preponderantes estabelecidos. Esse instrumento está relacionado com as metas de qualidade de água pretendidas para um corpo hídrico (o rio que queremos) e não necessariamente com as condições atuais do mesmo (o rio que temos).

Para atingir a qualidade futura, ou seja, o rio que queremos, devem ser propostas medidas de mitigação dos impactos instalados, a fim de obter uma qualidade de água compatível com os usos estabelecidos e pretendidos em uma região. A identificação das condições atuais da qualidade da água e dos usos preponderantes da bacia auxilia na definição das metas, isto é, do caminho que se deve trilhar até se atingir a qualidade de água desejável.

De acordo com a Resolução CONAMA 357/2005, o enquadramento deve ser feito de forma participativa e descentralizada, estando, portanto, de acordo com as expectativas e necessidades dos usuários. A aprovação da proposta de enquadramento é de responsabilidade do respectivo comitê de bacia hidrográfica e a sua implantação deve ser efetuada no âmbito da bacia.

Importância do enquadramento

O enquadramento dos corpos de água possibilita compatibilizar os usos múltiplos dos recursos hídricos superficiais, de acordo com a qualidade ambiental pretendida para os mesmos, com o desenvolvimento econômico,

auxiliando no planejamento ambiental de bacias hidrográficas e no uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, fornece subsídios aos outros instrumentos da gestão de recursos hídricos, tais como a outorga e a cobrança pelo uso da água, de maneira que, quando implementados, tornam-se complementares, proporcionando às entidades gestoras de recursos hídricos mecanismos para assegurar a disponibilidade quantitativa e qualitativa das águas.

Metodologia

A Resolução CNRH nº 91/2008 institui as diretrizes básicas para os procedimentos metodológicos de enquadramento dos corpos hídricos. Segunda essa resolução, os procedimentos de enquadramento devem compreender as seguintes etapas: diagnóstico e prognóstico; propostas de metas relativas às alternativas de enquadramento; e programa para efetivação.

Classificação das Águas Doces

O enquadramento dos corpos de água em classes, de acordo com o uso preponderante, e em conformidade com a Resolução CONAMA nº 357/2005, classifica as águas doces em cinco classes. Dessa forma, com base no mapeamento do uso preponderante, define-se a classe condizente com o uso atual ou pretendido dos corpos d'água.

CLASSE	COR	USOS POSSÍVEIS
ESPECIAL		Abastecimento para consumo humano com desinfecção; Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; Preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.
I (UM)		Abastecimento para consumo humano após tratamento simplificado; Proteção das comunidades aquáticas; Recreação de contato primário (natação); Irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvem rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; Proteção das comunidades aquáticas em terras indígenas.
II (DOIS)		Abastecimento para consumo humano após tratamento convencional; Proteção das comunidades aquáticas; Recreação de contato primário; Irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, onde o público possa vir a ter contato direto a água; Aqüicultura e atividade de pesca.
III (TRÊS)		Abastecimento para consumo humano após tratamento Convencional ou avançado; Irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; Pesca amadora; Recreação de contato secundário; Dessedentação de animais.
IV (QUATRO)		Navegação; Harmonia paisagística.

” (IGAM)

Segundo informações do IGAM, o “Instrumento de Gestão ‘Enquadramento dos Corpos de Água, segundo os Usos Preponderantes’ ainda não foi implementado na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Rio Preto e Paraibuna.”

2.6. Organização Territorial e Política-Administrativa

O estado de Minas Gerais está dividido em dez Regiões de Planejamento do Governo. Esta divisão está apoiada no projeto de lei 1.590/93, porém o critério só passou a vigorar com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 1996/1999, adotado em dezembro de 1995. Desde então, a nomeação destas regiões são: Central, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce.

A Região da Mata, localização do município de estudo, possui 142 municípios e concentra capital, infraestrutura e força de trabalho. Desta forma Divinésia se localiza na Região de Planejamento: Região da Mata; Divisão Regional: Mesorregião da Zona da Mata, na Microrregião Geográfica de Ubá.

Legislação de Criação: Lei Est. 2764 de 30/12/1962.

Endereço Prefeitura: Rua Padre Jacinto N°16.

CEP: 36.546-000.

2.6.1. Distritos

O município é constituído apenas do Distrito Sede, como mostra a Figura 18.

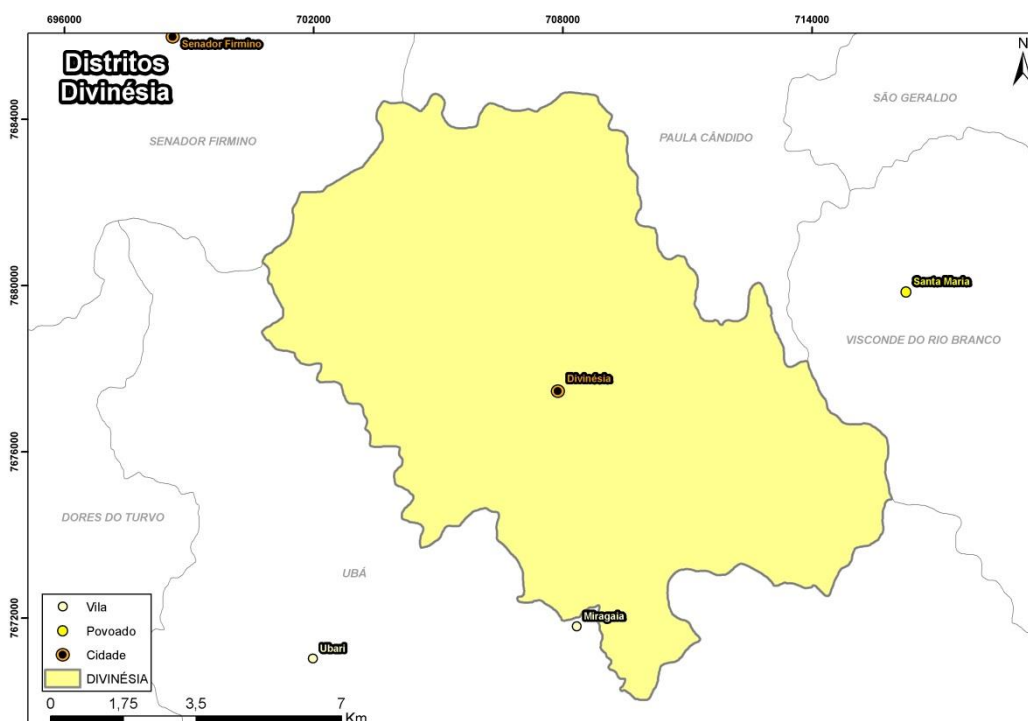


Figura 18: Distritos do Município de Divinésia
Fonte: Conen

2.6.2. Poderes

A administração municipal se dá pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

2.6.2.1. Executivo

Desde 2013, o cargo foi ocupado por Antônio Geraldo Alves (PSDB). No município existem as seguintes secretarias:

- Patrimônio Histórico;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Obras;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Transportes;

2.6.2.2. Legislativo

É representado pela Câmara de Vereadores, possuindo uma bancada formada por 9 vereadores, com a seguinte composição:

Tabela 7: Partidos políticos

Partido	Quant.
Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	2
Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB	1
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	2
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB	1
Partido Progressista - PP	1
Partido Popular Socialista - PPS	1
Partido Social Democrático – PSD	1

2.6.2.3. Judiciária

Judicialmente pertence à Comarca do Município de Ubá.

2.7. Características Urbanas

2.7.1. Dispositivos Legais de Zoneamento Urbano, Disciplinadores do Uso e Ocupação do Solo

2.7.1.1. Princípios Legais

Neste tópico são abordadas as principais legislações que tem influência direta sobre o tema do saneamento das esferas federal, estadual e municipal.

Muitas normas apresentadas se referem diretamente a questão do saneamento básico, mas, outras, dizem respeito a temas relacionados com os quais o Plano Municipal deve guardar intrínseca relação.

2.7.1.1.1. Municipais

O Município não dispõe de Plano Diretor Municipal, com isso foi observada apenas a Lei orgânica de Divinésia, de 09 de março de 1990, podendo se destacar os aspectos abaixo, relativos ao meio ambiente, saneamento e organização territorial.

2.7.1.1.1.1. Lei Orgânica

[...]

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 126 - Compete ao Poder Público formular e executar a política e os planos plurianuais de saneamento básico, assegurando:

I - Abastecimento de água para a adequada higiene, conforto e qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

II - A coleta e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais, de forma a preservar o equilíbrio ecológico e prevenir ações danosas à saúde.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 127 - O Município estabelecerá plano de ações na área de assistência social, observando os seguintes princípios:

I - Correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados;

II - Recursos financeiros consignados no orçamento municipal, além de outras fontes;

III - Participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

[...]

CAPÍTULO VI

DA POLÍTICA DA CULTURA

Art. 135 - O acesso aos bens da cultura e as condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais.

§ 1º - Ao Município cumpre proteger os documentos as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Art. 136 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se o Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

§ 1º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado desde o início da atividade, a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica previamente indicada pelo órgão municipal ou estadual de controle e política ambiental.

§ 2º - O ato lesivo ao meio ambiente sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, à interdição temporária ou definitiva das atividades, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais, bem como da obrigação de reparar o dano causado.

[...]

2.7.1.1.1.2. Plano Diretor

O município não dispõe de Plano Diretor Municipal.

2.7.1.1.2. Estaduais

- **COMPETÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS**
- **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** - Art. 11, VI, IX; 12, § único, incisos I e II; III; Art. 40, I Art. 158; Art. 161, I, II e § 1º; inciso II do §1º do artigo 183; inciso I do parágrafo único do artigo 186, Art. 190, IV; Art. 192, § 1º, § 2º e § 3º; 214, § 1º, inciso I, II, III, IV e § 2º, § 5º; Art. 216, II, III; 244, § 1º, § 3º; Art. 245, § 1º, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; 246, § 1º; Art. 248, IX; 249; 250; I, II, § 1º e § 2º; Art. 251.
- **DECRETO ESTADUAL Nº 36.892, DE 23 DE MAIO DE 1995** - Regulamentou totalmente a Lei 11.720/94.
- **DECRETO ESTADUAL Nº 41.578, de 08 de março de 2001** - Regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre Política Estadual de Recursos Hídricos.
- **DECRETO ESTADUAL Nº 41.578/2001, 08 de março 2001** - Regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

- DECRETO ESTADUAL Nº 44.046, de 13 de junho de 2005 - Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado.
- DECRETO ESTADUAL Nº 44.547, DE 22 DE JUNHO DE 2007 - Altera o Decreto nº 44.046, de 13 de junho de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado.
- DECRETO ESTADUAL Nº 44.844, de 25 de junho de 2008 - Estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.
- DECRETO ESTADUAL Nº 45.181 DE 25 DE SETEMBRO DE 2009 - Regulamenta a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009 e dá outras providências.
- DECRETO ESTADUAL Nº 45.181 DE 25 DE SETEMBRO DE 2009 - Regulamenta a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009 e dá outras providências.
- DECRETO ESTADUAL Nº 45.871, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011 - Contém o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, e dá outras providências
- DECRETO Nº 37.191, de 28 de agosto de 1995 - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG - e dá outras providências.
- DECRETO Nº 45.137, DE 16 DE JULHO DE 2009 - Cria o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento - SEIS, e dá outras providências.
- DELIBERAÇÃO CEIVAP Nº 03/2001 - Aprova a Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002 e estabelece as condições para a sua participação no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas.
- DELIBERAÇÃO CEIVAP Nº 65/2006 DE 28 DE SETEMBRO DE 2006 - Estabelece mecanismos e propõe valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a partir de 2007
- DELIBERAÇÃO CEIVAP Nº 70/2006 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006 - Estabelece mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
- DELIBERAÇÃO CEIVAP Nº08 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001 - Dispõe sobre a Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de 2002.
- DELIBERAÇÃO CERH/MG Nº 260, de 26 de Novembro de 2010 - Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.

- DELIBERAÇÃO COPAMNº 428, de 28 de junho de 2010 - Fixa os custos médios “per capita” para estimativa de investimentos em sistemas de saneamento ambiental previstos no Art. 4º da Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA – CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAMNº 74, de 09 de setembro de 2004 - Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ou de licenciamento ambiental no nível estadual, determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização e de licenciamento ambiental, e dá outras providências.
- Deliberação Normativa CERH - MG Nº 04, de 18 de fevereiro de 2002 - Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica, e dá outras providências.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH - MG Nº 07, de 4 Novembro de 2002 - Estabelece a classificação dos empreendimentos quanto ao porte e potencial poluidor, tendo em vista a legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH - MG Nº 09, de 16 de junho de 2004 - Define os usos insignificantes para as circunscrições hidrográficas no Estado de Minas Gerais.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH - MG Nº 3, de 10 de abril de 2001 - Estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de análise, publicações e vistoria dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- Deliberação Normativa CERH Nº 19, de 28 de junho de 2006 - Alterada pela Deliberação Normativa CERH nº 39, de 19 de outubro de 2011. Regulamenta o art. 19, do Decreto 41.578/2001 que dispõe sobre as agências de bacia hidrográfica e entidades a elas equiparadas e dá outras providências.
- Deliberação Normativa CERH-MG Nº 30, de 26 de agosto de 2009 - Altera a Deliberação Normativa CERH/MG n.º 04, de 18 de fevereiro de 2002, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG Nº 35, de 13 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - COPAM/CERH-MG Nº 01, de 05 de maio de 2008. - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu

enquadramento, bem como estabelece condições e padrões de efluentes e dá outras providências.

- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - MG Nº 27, de 18 de dezembro de 2008 - Dispõe sobre os procedimentos para arrecadação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 24, de 27 de Outubro de 2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos de água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 128, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008 - Altera prazos estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 96/2006 que convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos.
- DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 96, DE 12 DE ABRIL DE 2006 - Convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos.
- LEI ESTADUAL Nº 11.265/93 - Dispõe sobre os Programas de Construção e Reforma de unidades habitacionais populares em zona rural e dá outras providências.
- LEI ESTADUAL Nº 11.405/94 - Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola e dá outras providências.
- LEI ESTADUAL Nº 11.720, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 - Dispõe Sobre a Política Estadual de Saneamento Básico.
- LEI ESTADUAL Nº 12.503/97 - Cria o Programa Estadual de Conservação da Água.
- LEI ESTADUAL Nº 13.199 DE 29 DE JANEIRO DE 1999 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.
- LEI ESTADUAL Nº 13.317, DE 24 DE SETEMBRO DE 1999 - Trata-se do Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.
- LEI ESTADUAL Nº 13.771/2000 - Dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências.
- LEI ESTADUAL Nº 14.309, de 19 de junho de 2002 - Dispõe sobre a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado.
- LEI ESTADUAL Nº 18.030, de 12 de Janeiro de 2009 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. O artigo 4º, inciso I dessa lei fixa a porcentagem de repasse de recursos advindo do ICMS do Estado para os municípios que atingirem altos graus de serviços de saneamento.

- LEI ESTADUAL Nº 18.031, DE 12 DE JANEIRO DE 2009 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
- LEI ESTADUAL Nº 18.085 DE 15 DE ABRIL DE 2009 - Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental.
- LEI ESTADUAL Nº 7.772, de 8 de setembro de 1980 - Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. Disciplina toda atividade geradora de poluição no Estado de Minas Gerais
- LEI FEDERAL Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- LEI Nº 13.766, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000 - Dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.
- LEI Nº 14.128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001 - Dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais e sobre os instrumentos econômicos e financeiros aplicáveis à Gestão de Resíduos Sólidos.
- RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA E IGAM Nº 779, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009 - Dispõe sobre a integração das bases de dados de uso de recursos hídricos entre a ANA e o IGAM, prioritariamente nas bacias em que a cobrança pelo uso de recursos hídricos estiver implementada.

2.7.1.1.3. Federais

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Artigos: 21; 23, caput e incisos VI, IX e parágrafo único; 30; 182;196;200, IV, 225, caput e § 1º inciso IV.
- DECRETO FEDERAL Nº 1842, de 22 de março de 1996 - Institui o Comitê de Integração da Bacia – Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, e dá outras providências.
- DECRETO FEDERAL Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 - Decreta o Código de Águas.
- DECRETO FEDERAL Nº 3.692, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Dispõe sobre a instalação, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Águas - ANA, e dá outras providências.
- DECRETO FEDERAL Nº 7.217, DE JUNHO DE 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

- DECRETO FEDERAL Nº 7404, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 49.974-A, DE 21 DE JANEIRO DE 1961 - Código Nacional de Saúde. Artigo 32 a 44 dispõe sobre Saneamento
- DECRETO Nº 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983 - Dispõe, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.
- Destaque para artigos: Art 3º, incisos I, II, III, letras a, b, c, d, e; inciso IV e V; Art. 10.
- LEI FEDERAL Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Artigo 2º § 3º, artigo 6º, inciso II, artigo 7º, inciso X ; artigo 18, inciso IV, letra “d”.
- LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007 - A Lei referida estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico bem como as diretrizes para a política federal de saneamento. Define a titularidade dos serviços de água e esgoto, o ente responsável pela regulação e fiscalização, fixa direitos e deveres dos usuários, incentiva a eficiência dos prestadores, possibilita e é clara quanto à obrigatoriedade de conexão às redes de abastecimento de água e de esgoto, de acordo com o artigo 45.
- LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- LEI FEDERAL Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- LEI FEDERAL Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos.
- LEI FEDERAL Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 - Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
- LEI Nº 5.318, DE 26 DE SETEMBRO DE 1967 - Dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento.

- RESOLUÇÃO CNRH Nº 32, DE 15 DE OUTUBRO DE 2003 - Institui a Divisão Hidrográfica Nacional, em regiões hidrográficas, nos termos dos Anexos I e II desta Resolução, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental - Alterada pela Resolução nº 11/86 (alterado o art. 2o)
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental - Alterada pela Resolução no 5/87 (acrescentado o inciso XVIII)
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental - Alterada pela Resolução nº 237/97 (revogados os art. 3o e 7o)
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, de 29 de abril de 2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 375, de 29 de agosto de 2006 - Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 377, DE 9 DE OUTUBRO DE 2006 - Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 380, de 31 de outubro de 2006 - Retifica a Resolução CONAMA no 375/06 – Define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 397, de 3 de abril de 2008 - Alterada pela Resolução 410/09. - Altera o inciso II do § 4o e a Tabela X do § 5o, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 404, de 11 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 412, DE 13 DE MAIO DE 2009 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 422, DE 23 DE MARÇO DE 2010 - Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011 - Complementa e altera a Resolução nº 357/2006. - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 5, de 15 de junho de 1988 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de Saneamento.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 102 DE 25 MAIO DE 2009 - Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei no 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010/2011.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 17, DE 29 DE MAIO DE 2001 - Determina a elaboração de Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433, de 1997, que serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 21, de 14 de março de 2002 - Institui a Câmara Técnica Permanente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 26, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002 - Autoriza o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-CEIVAP a criar a sua Agência de Água, nos termos da Deliberação CEIVAP nº 12, de 20 de junho de 2002.

- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 27, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002 - Define os valores e estabelece os critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, conforme proposto e isentar da obrigatoriedade de outorga de direito de usos de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, os usos considerados insignificantes, nos termos estabelecidos pela Deliberação nº 15, de 2002, do CEIVAP.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 38, de 26 de março de 2004 - Delegar competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 59, DE 2 DE JUNHO DE 2006 - Prorrogar o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 91, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS Nº 98, DE 26 DE MARÇO DE 2009 - Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA Nº 413, DE 26 DE JUNHO DE 2009 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº 5, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, DE 10 DE ABRIL DE 2000 - Alterada pela Resolução nº18, de 20 de dezembro de 2001, e pela Resolução nº 24, de 24 de maio de 2002 - Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
- RESOLUÇÃO Nº 58 do CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, DE 30 DE JANEIRO DE 2006 – APROVA O PNRH - Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências.

- RESOLUÇÃO Nº357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 - Alterada pela Resolução 410/2009 e pela 430/2011 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

2.7.2. Demografia

De acordo com o último censo, Divinésia tem uma área de 116,97 km², com uma população de 3.293 habitantes e densidade demográfica de 28,15 Hab./km². Na Figura 19 pode se observar a densidade populacional no município, onde a localidade que não se encontra destacada, possui uma densidade menor do que 5 hab./ha.

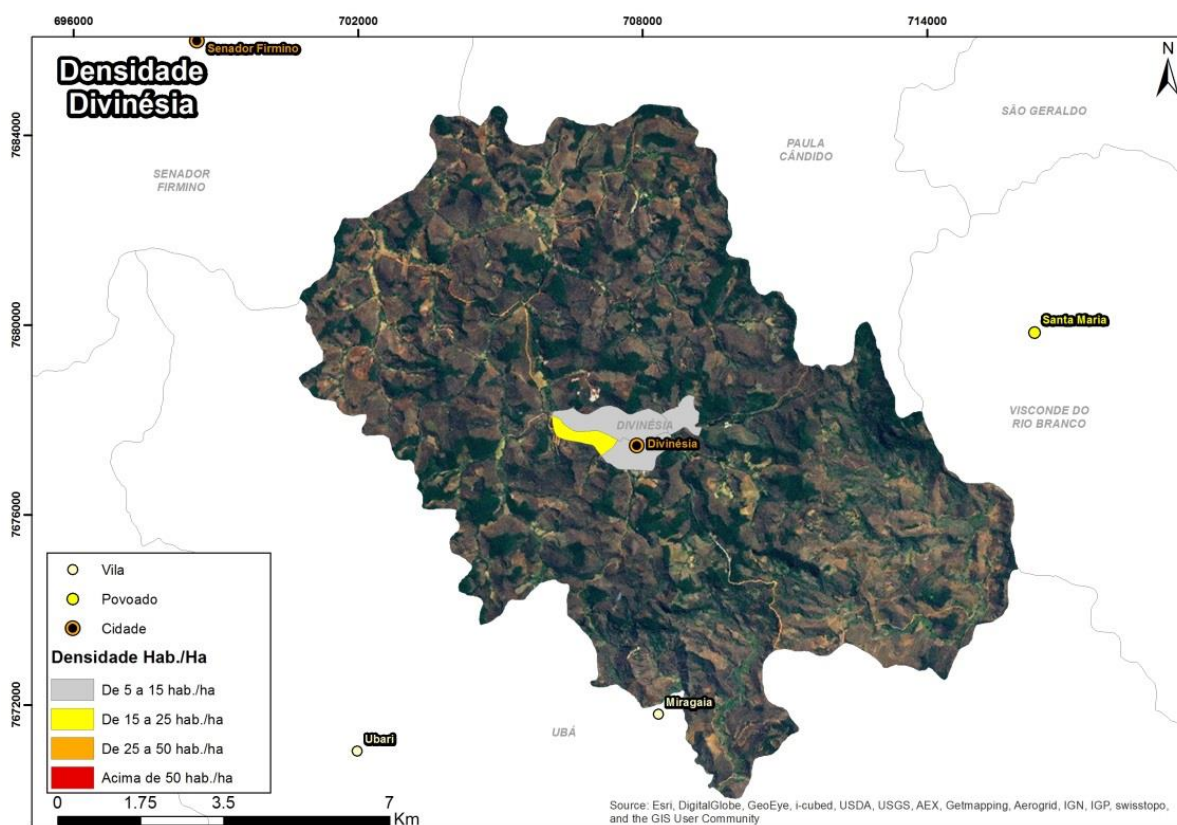


Figura 19: Densidade populacional do Município de Divinésia
Fonte: Conen

Acompanhando o que se percebe na análise dos dados populacionais nacionais e do próprio estado o qual pertence o Município, Divinésia apresentou um crescimento de sua população total, segundo dados de contagens populacionais e censos realizados pelo IBGE. A Tabela 8 e o Gráfico 3 mostram a evolução demográfica do município e a previsão populacional para 2013.

Tabela 8: Evolução demográfica do Município de Divinésia

Ano	Divinésia	Minas Gerais	Brasil
1991	3.009	15.743.152	146.825.475
1996	3.135	16.567.989	156.032.944
2000	3.188	17.891.494	169.799.170
2007	3.276	19.273.506	183.987.291
2010	3.293	19.597.330	190.755.799
2013*	3.417	20.593.356	

Fonte IBGE

*Previsão Populacional

Evolução Populacional

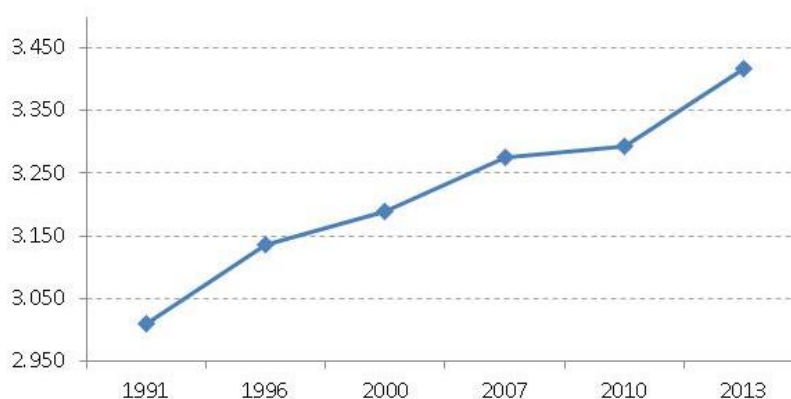


Gráfico 3: Evolução demográfica do Município de Divinésia.

Segundo IBGE 2010, o município tinha uma população de 1.655 homens, sendo 596 na zona rural e 1.059 na urbana. Já de mulheres, 522 residiam na zona rural e 1.116 na urbana, totalizando 1.638 mulheres no município.

2.8. Macro Informações Socioeconômicas

O município conta com agência bancária apenas do Banco do Brasil, além de três centros de distribuição dos correios.

2.8.1. Educação

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Divinésia, em 2009, foi de 683 alunos, reduzindo para 620 em 2012, desta forma apresenta uma variação de negativa em 9,2% (isto é – 9,2%) no número de estudantes.

As tabelas a seguir apresentam o número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais.

2.8.1.1. Pré-Escola

De acordo com o IBGE, a rede municipal respondeu por 100% das matrículas na pré-escola em 2012. O número total de matrículas teve um decréscimo de 8,2% no período de 2005 a 2012, contra variação de 20,0% do corpo docente.

Tabela 9: Unidades escolares, professores e matrícula– pré-escola – 2005 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de Professores	Nº de Matrículas
2005	4	6	92
2007	4	6	93
2009	4	6	97
2012	1	5	85

Fonte: IBGE

2.8.1.2. Ensino Fundamental

Quanto ao Ensino Fundamental, a rede municipal respondeu por 62% das matrículas, enquanto que a rede estadual foi responsável por 38% das matrículas no ensino fundamental em 2012. O número total de matrículas teve um decréscimo de 53,7% no período de 2005 a 2012, contra decréscimo de 34,4% do corpo docente.

Tabela 10: Unidades escolares, professores e matrículas – ensino fund. – 2005 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de Professores	Nº de Matrículas
2005	5	43	707
2007	5	41	552
2009	5	42	494
2012	2	32	460

Fonte: IBGE

2.8.1.3. Ensino Médio

A rede estadual respondeu por 100% das matrículas no Ensino Médio em 2012. O número total de matrículas teve um decréscimo de 32,0% no período de 2005 a 2012, contra decréscimo de 8,3% do corpo docente.

Tabela 11: Unidades escolares, professores e matrículas – ensino médio – 2005 a 2012

Ano	Nº de Unidades	Nº de Professores	Nº de Matrículas
2005	1	13	99
2007	1	16	93
2009	1	14	92
2012	1	12	75

Fonte: IBGE

2.8.2. Trabalho e Renda

A mão de obra de Divinésia tem as seguintes características, descritas nas tabelas a seguir, obtidas através do portal de Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por município.

Tabela 12: Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2011

Total das Atividades			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
2 - Indústria de transformação	76	23	99
5 - Comércio	20	12	32
6 - Serviços	26	11	37
7 - Administração Pública	56	99	155
8 - Agropecuária. extração vegetal. caça e pesca	37	2	39
Total	215	147	362
Faixas Etárias			
Faixa Etária Pri Emp	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	1	1	2
3 - 18 a 24 anos	29	12	41
4 - 25 a 29 anos	27	21	48
5 - 30 a 39 anos	55	46	101
6 - 40 a 49 anos	62	50	112
7 - 50 a 64 anos	41	17	58
Ocupações com Maiores Estoques			
CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
773120 - Serrador de madeira	42	10	52
231205 - Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	3	40	43
411005 - Auxiliar de escritório em geral	7	22	29
621005 - Trabalhador agropecuário em geral	26	1	27
514320 - Faxineiro	8	18	26

Fonte: RAIS/TEM

Tabela 13: Remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2011

Total das Atividades			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
2 - Indústria de transformação	689,32	626,03	674,62
5 - Comércio	792,74	801,65	796,08
6 - Serviços	930,93	525,35	810,35
7 - Administração Pública	1.086,46	864,63	944,77
8 - Agropecuária. extração vegetal. caça e pesca	608,19	992,57	627,90
Faixas Etárias			
Faixa Etária Pri Emp	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	550,73	545,00	547,87
3 - 18 a 24 anos	676,14	634,21	663,87
4 - 25 a 29 anos	784,70	746,47	767,98
5 - 30 a 39 anos	779,03	742,62	762,44
6 - 40 a 49 anos	839,24	889,24	861,56
7 - 50 a 64 anos	965,05	878,07	939,55
Ocupações com Maiores Estoques			
CBO 2002 Ocupação	Remuneração Média		
	Masculino	Feminino	Total
773120 - Serrador de madeira	625,01	566,97	613,85
231205 - Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	876,10	933,70	929,68
411005 - Auxiliar de escritório em geral	917,19	754,79	793,99
621005 - Trabalhador agropecuário em geral	604,22	544,99	602,03
514320 - Faxineiro	707,65	589,54	625,88

Fonte: RAIS/TEM.

Tabela 14: Variação do emprego formal em 31 de dezembro entre 2010 e 2011

Total das Atividades			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
2 - Indústria de transformação	-25	-4	-29
4 - Construção Civil	-2	-2	-2
5 - Comércio	-6	2	-4
6 - Serviços	-28	-6	-34
7 - Administração Pública	-51	-27	-78
8 - Agropecuária. extração vegetal. caça e pesca	-1	-1	-2
Total	-113	-38	-149
Faixas Etárias			
Faixa Etária Pri Emp	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	0	0	1
3 - 18 a 24 anos	-22	-16	-38
4 - 25 a 29 anos	-21	-11	-32
5 - 30 a 39 anos	-36	-6	-42
6 - 40 a 49 anos	-21	-5	-26
7 - 50 a 64 anos	-13	1	-12
Ocupações com Maiores Estoques			
CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
514320 - Faxineiro	6	12	18
411005 - Auxiliar de escritório em geral	1	15	16
515105 - Agente comunitário de saúde	1	7	8
621005 - Trabalhador agropecuário em geral	3	1	4
773115 - Serrador de bordas no desdobramento de madeira	3	0	3
Ocupações com Menores Estoques			
CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
514225 - Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas publicas	-25	-13	-38
773120 - Serrador de madeira	-20	-2	-22
717020 - Servente de obras	-17	-1	-18
422105 - Recepcionista. em geral	-2	-16	-18
715210 - Pedreiro	-12	-5	-17

Fonte: RAIS/TEM.

2.8.3. Saúde

Segundo dados do IBGE (Assistência Médica Sanitária, 2009), o Município de Divinésia possui 3 estabelecimentos de saúde, todos públicos e municipais.

Tabela 15: Resumo das unidades de saúde.

Divinésia	Nº de Unidades de Saúde Pública	Nº de Unidades de Saúde Particular	Nº Total de Unidades de Saúde
	3	0	3

Os dados a seguir, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis no município.

Tabela 16: Estabelecimentos por tipo.

Tipo de estabelecimento	Total
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas	3
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em outras especialidades	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	3
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação público	3
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação total	3

Fonte: IBGE, 2009.

2.8.4. Economia

Com superávit pouco maior que 0,7 milhão (Ministério da Fazenda, 2009), Divinésia possui PIB *per capita* avaliado em 5.735,10 reais. O setor econômico que apresentou maior contribuição ao PIB municipal foi o de serviços, seguido pelo da agropecuária, sendo a indústria a menor contribuinte. Os valores do PIB de Divinésia estão descritos no Gráfico 4.

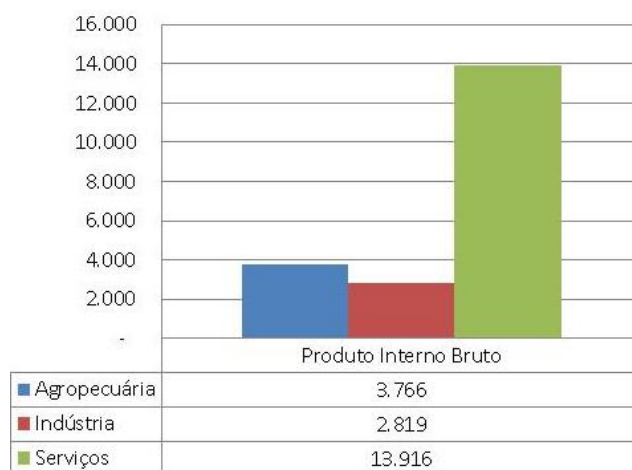


Gráfico 4: Produto interno bruto do Município de Divinésia
Fonte: IBGE

2.8.5. Disponibilidades de Recursos

2.8.5.1. Mão de Obra, Materiais de Construção e Empresas para Obras de Engenharia

Segundos dados do ISPER – Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda, responsável pelo RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), não há mão de obra formal disponível na cidade no setor de construção civil tabela no item sobre Trabalho e Renda, mostra o número de empregos formais no município por setor, inclusive na construção civil).

A mão de obra no setor de construção reflete a falta de disponibilidade de recursos (além de mão de obra, materiais e empresas) para obras de engenharia.

2.8.5.2. Comunicação

Os dados de comunicação relativos à Divinésia são precários e muitas vezes inexistentes. Não há também informações sobre instalações de infraestrutura subterrânea no município.

Os subitens abaixo apresentam as informações sobre os serviços, disponibilidade e empresas que atuam na região.

2.8.5.2.1. Disponibilidade e a Empresas de Telefonia

No município a telefonia fixa está a cargo da Telemar Norte Leste S.A, empresa de telecomunicações que em 2007 passou a usar a marca Oi, e está sob área de DDD 32. As operadoras Vivo e Claro oferecem serviço telefônico móvel.

2.8.5.2.2. Mídias Impressas e Online

Não foram encontradas informações sobre comunicação local exclusiva de Divinésia como através de blogs, jornais, entre outras coisas. O site da prefeitura futuramente irá dispor noticiais do município, porém as mesmas ainda não estão disponíveis.

2.8.5.2.3. Radiofônica

O município recebe sinais de emissoras de rádio da região e, além disso, existe a Rádio Bethania, que transmite notícias do município.

2.8.5.2.4. Televisiva

Com relação à mídia televisiva, o município possui um sistema convencional de rede, não tendo programação exclusiva para a área.

2.8.6. Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos

2.8.6.1. Indicadores de Saúde

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde (2008), os indicadores de saúde são medidas-síntese que contém informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Logo, devem refletir a situação sanitária de uma população e servir para a vigilância e servir de subsídio para políticas públicas da área.

Os principais indicadores de saúde, e que serão também abordados abaixo, são: longevidade, natalidade, taxa de mortalidade infantil, fecundidade, mortalidade e morbidade.

A longevidade, indicador que será abordado com maiores detalhes no item relativo ao IDHM, se refere à expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer. Segundo dados do IBGE, em

1991 a expectativa de vida da população de Divinésia era de 64,6 anos passando para 72,1 anos em 2010, um aumento de 7,5 anos em duas décadas.

A mortalidade de crianças com menos de um ano, fator que compreende a taxa de mortalidade infantil, sofreu uma redução de 25% em uma década em Divinésia: de 27,1 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 para 20,2 óbitos por mil nascidos em 2010. Sendo assim, a taxa de mortalidade infantil do município em 2010, está acima dos valores apresentados no estado e no país, respectivamente 15,1 e 16,7 óbitos por mil nascidos vivos.

A taxa de fecundidade que o município apresentou em 2010 é 2,3 filhos por mulher e segue a tendência nacional de redução do número de filhos. A Tabela 17 mostra a evolução dos dados de fecundidade e também de outros indicadores discutidos.

Tabela 17: Expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de fecundidade – Município de Divinésia

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,6	70,5	72,1
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	39,9	27,1	20,2
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	52,2	29,7	23,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,6	2,4	2,3

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

2.8.6.2. Indicadores Epidemiológicos

Segundo J. Last (1995), a

"Epidemiologia é o estudo da frequência, da distribuição e dos determinantes dos estados ou eventos relacionados à saúde em específicas populações e a aplicação desses estudos no controle dos problemas de saúde".

Logo, como disciplina da saúde pública, não é somente uma ciência, mas também um instrumento. Mais do que o estudo quantitativo dos fenômenos de saúde e doença, a epidemiologia oferece subsídios para a implementação de ações dirigidas ao controle e à prevenção.

Dentre as doenças alvo da vigilância epidemiológica estão a AIDS, botulismo, cólera, coqueluche, dengue, difteria, doença de Chagas, esquistossomose, febre amarela, maculosa e tifoide, hantaviruses, hepatites virais, influenza, leishmaniose, malária, meningite, peste, raiva, rubéola, sarampo, entre outras.

A Tabela 18 mostra os dados confirmados e notificados ao SINAN - Sistema de Informações de Agravos de Notificação, de algumas doenças ocorridas no município. Segundo o portal do Sistema, ele é "alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região".

Tabela 18: Doenças por faixa etária – SINAN.

Doenças	Em branco/IGN	Faixa Etária - Divinésia										Total	
		<1ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-39	40-59	60-64	65-69	70-79		80 e mais
Tuberculose (2010)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Hanseníase (2010)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1

2.8.6.3. Nível de Atendimento de Abastecimento de Água

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2010, o abastecimento de água no Município de Divinésia é realizado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, onde 2175 habitantes são abastecidos por esse serviço, o que corresponde a 66,0% da população do município.

O volume de água produzido foi de 130,4 m³/ano, sendo 100% tratado na estação de tratamento, o que resulta em um consumo per capita de 108,3 l/hab./dia.

2.8.6.4. Nível de Atendimento de em Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário

O município conta com rede coletora de esgoto, sendo a prefeitura a gestora exclusiva do sistema. Não há informações sobre volume, porém este efluente é coletado e disposto diretamente em corpos hídricos da localidade. Segundo o Censo 2010 do IBGE, o tipo de disposição predominante do esgotamento sanitário no Município de Divinésia é rede geral de esgoto ou pluvial – 484 dos 1.043 domicílios, como mostra a Tabela 19 e Gráfico 5.

Tabela 19: Atendimento em coleta e tratamento de esgoto sanitário

Descrição	Domicílios
Total de domicílios	1043
Não tinham banheiro nem sanitário	0
Tinham banheiro ou sanitário	1043
Fossa Rudimentar	96
Fossa Séptica	15
Outro	1
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	484
Rio, lago ou mar	444
Vala	3

Fonte: IBGE 2010.

Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Censo 2010

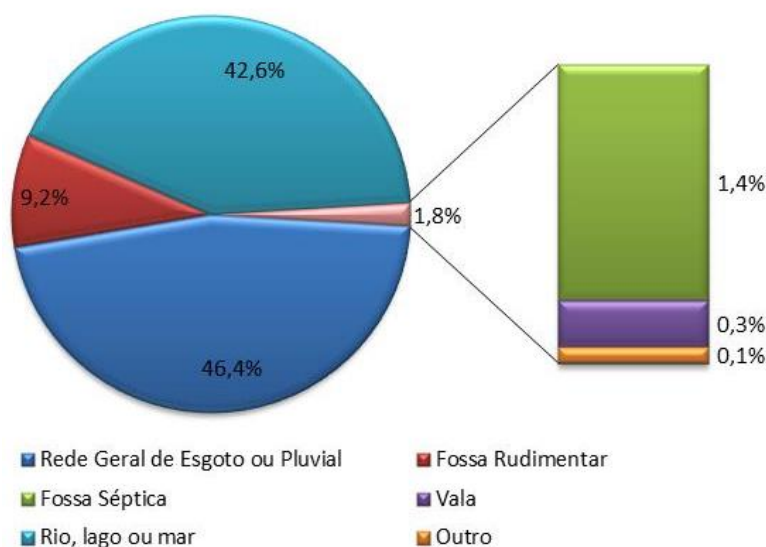


Gráfico 5: Coleta e tratamento de esgoto sanitário

2.8.6.5. Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade

Segundo o Banco Mundial, a pobreza se caracteriza em três aspectos: a falta de recursos para atender as necessidades básicas; a falta de voz e poder nas instituições estatais e na sociedade; e a vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los.

A pobreza é resultado da atuação e presença de diversos fatores, compreendo desde fatores políticos e financeiros a socioculturais e naturais (como desastres ambientais), levando á consequências danosas á população e ao desenvolvimento.

Diversos indicadores sociais são utilizados como ferramentas de medida quantitativa da pobreza, realidade social e desigualdade de determinada população, sendo o Índice de Gini um dos mais utilizados.

Segundo informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda e, portanto, indicador de desigualdade de distribuição de renda. O Índice varia de 0 a 1, sendo que quanto menor seu valor mais igual é a distribuição de renda da população.

Em Divinésia o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,40 em 2010, passando pelo valor de 0,51 em 2000, o que representa um avanço na dimensão de distribuição e redução das desigualdades. Logo, pode-se afirma que a desigualdade diminui no município. A situação de extrema pobreza - medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita

inferior a R\$ 70,00 – diminuiu no município, passando de cerca de 41,9% em 1991 para somente 3,56% em 2010.

Tabela 20: Pobreza e desigualdade – Município de Divinésia

	1991	2000	2010
% de extremamente pobres	41,90	12,39	3,56
% de pobres	76,31	34,06	11,13
Índice de Gini	0,54	0,51	0,40

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

2.8.6.6. Rendimento Familiar per capita

O cálculo da renda bruta de uma população é realizado dividindo-se a renda bruta familiar, ou seja, os rendimentos como salário, pensões, rendimentos do trabalho não assalariado, do mercado informal entre outros, pelo número de integrantes da família.

Segundo dados do PNUD, aumento nas últimas três décadas, saindo de R\$ 138,13 em 1991 para R\$ 441,49 em 2010, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 21: Evolução do rendimento *per capita* – Município de Divinésia

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	138,13	319,18	441,49

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A distribuição de renda por domicílio no município se dá seguinte forma:

Tabela 22: Distribuição de renda por domicílio

Descrição	Domicílios
Rendimento nominal mensal sem rendimento	24
Até ½ salário mínimo	19
De mais de ½ a 1 salário mínimo	189
De 1 a 2 salários mínimos	329
De 2 a 5 salários mínimos	376
De 5 a 10 salários mínimos	84
De 10 a 20 salários mínimos	19
Acima de 20 salários mínimos	3

Fonte: IBGE, 2010.

2.8.6.7. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, mensurados da seguinte maneira:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por:

- i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e
- ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH, mas o Índice ajuda na ampliação da perspectiva de desenvolvimento humano que considera somente a dimensão econômica.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, o Município de Divinésia apresenta IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – em 2010 igual a 0,657. Levantando-se em conta que o Índice varia entre 0 e 1 e que valores mais próximos de 1 correspondem a um desenvolvimento humano melhor, o município é enquadrado como médio desenvolvimento humano (IDHM entre 0,6 e 0,699) e ocupa a 2963ª posição no ranking em relação aos 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos 853 municípios do estado de Minas Gerais, Divinésia ocupa a 502ª posição.

Desde 1991 o IDHM do município vem aumentando á cada avaliação realizada, seguindo a mesma tendência geral para os diversos municípios do estado e do país (Gráfico 6). Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,280), seguida por Renda e Longevidade.

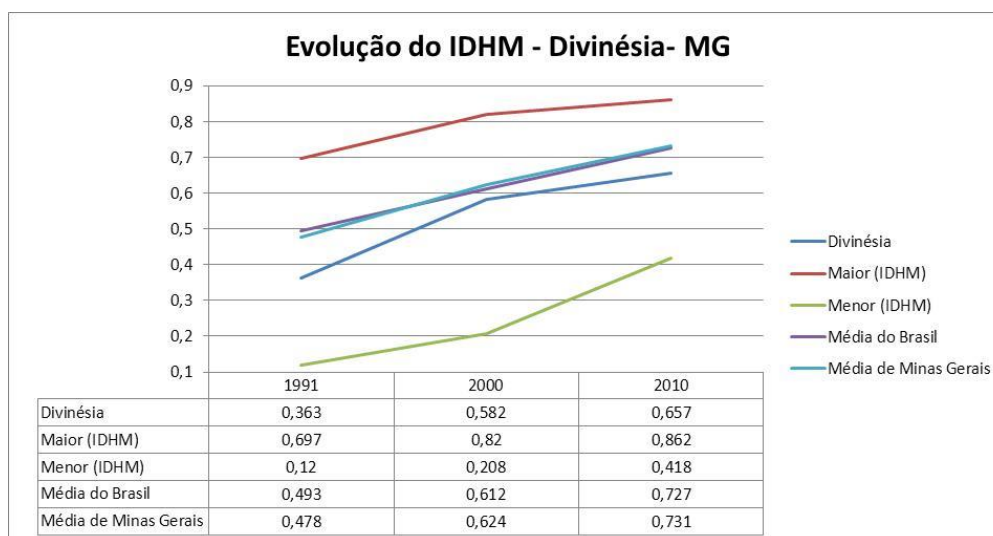


Gráfico 6: Evolução do IDHM do Município de Divinésia-MG
Fonte: Atlas Brasil

Os subitens seguintes apresentam os dados para o município das categorias que compõe o IDHM.

2.8.6.7.1. IDHM Renda

A dimensão Renda do IDHM é medida pela renda mensal per capita, que considera a renda média mensal dos indivíduos residentes no município e mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município.

De R\$138,13 em 1991 para R\$441,49 em 2010, a renda *per capita* média de Divinésia cresceu 319,6%. Com isso, o município saiu de um IDHM Renda de 0,458 em 1991 para 0,645 em 2010. O gráfico abaixo apresenta a evolução da dimensão renda para Divinésia, com dados de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 23: Evolução do IDHM renda – Município de Divinésia

Ano	IDHM – Renda
1991	0,458
2000	0,592
2010	0,645

IDH Renda

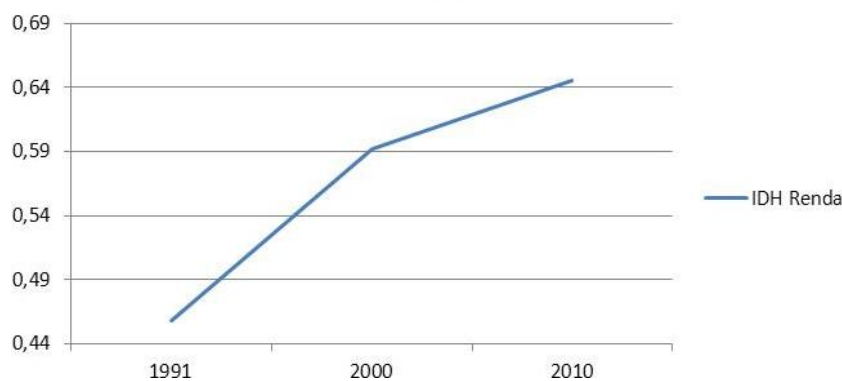


Gráfico 7: Evolução do IDH renda – Município de Divinésia

2.8.6.7.2. IDHM Longevidade

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.

Com relação ao IDHM Longevidade o Município de Divinésia apresenta valor para o Índice igual a 0,785. Nas últimas décadas a expectativa de vida em Divinésia teve uma evolução de 7,5 anos (passando de 64,55 anos em 1991 para 72,11 anos em 2010).

Tabela 24: Evolução do IDHM longevidade – Município de Divinésia

Ano	IDHM - Longevidade
1991	0,659
2000	0,759
2010	0,785

IDH Longevidade

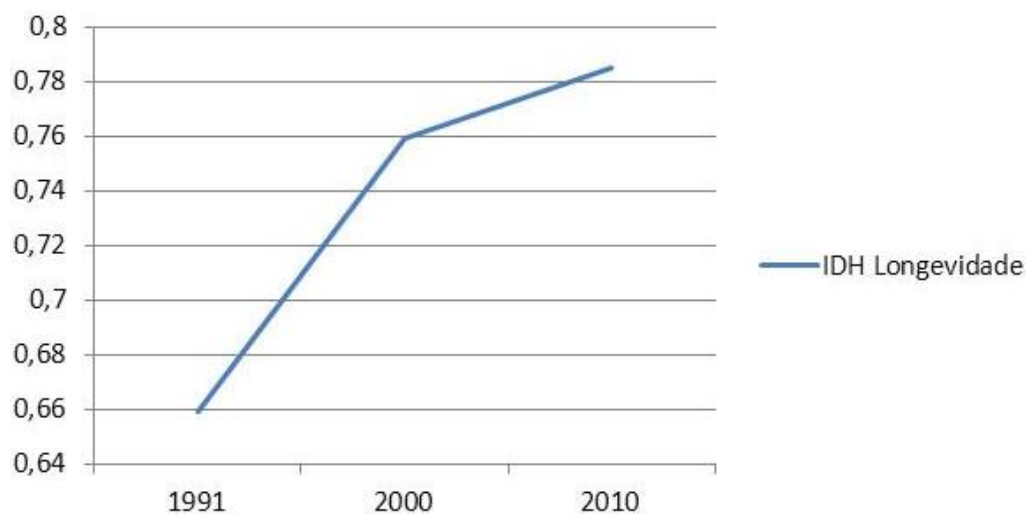


Gráfico 8: Evolução do IDH longevidade – Município de Divinésia

2.8.6.7.3. IDHM Educação

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo e o fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças e frequentando seus respectivos níveis escolares e o percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Com relação ao IDHM Educação o Município de Divinésia apresenta valor para o Índice igual a 0,559. Como já mencionado, entre 1991 e 2010, a dimensão educação foi a que mais cresceu em termos absolutos (com crescimento de 0,280), o que indica um crescimento na proporção de crianças e jovens frequentando as escolas e com ensino médio completo e uma maior escolaridade da população adulta.

Tabela 25: Evolução do IDHM educação – Município de Divinésia

Ano	IDHM – Educação
1991	0,158
2000	0,438
2010	0,559

IDH Educação

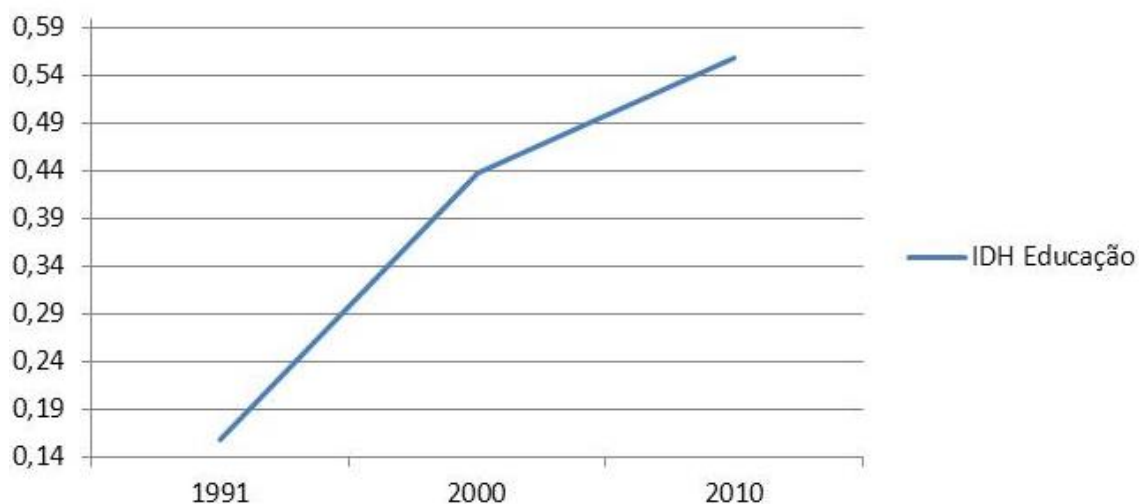


Gráfico 9: Evolução do IDHM educação – Município de Divinésia.

2.8.6.8. Implementação de Projetos de Mobilização Social

- Projetos de Educação ambiental realizados pela Prefeitura Municipal.
- Projeto Escola sustentável.
- Projetos e programas do Instituto Xopotó (OSCIP), que tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano, integral e sustentável nas comunidades dos municípios onde atuam, localizados nas regiões Centro e Zona da Mata mineira (dentre eles

Divinésia) por onde passam o Rio Xopotó. O Instituto Xopotó é uma organização social, sem fins lucrativos, partidários ou religiosos, seus projetos abrangem ainda os seguintes municípios: Divinésia, Guaraciaba, Itaverava, Catas Altas da Noruega, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Lamim, Senhora de Oliveira, Rio Espera, Cipotânea, Capela Nova, Alto Rio Doce, Senhora dos Remédios, Santana dos Montes, Carnaíba, Carandaí, Ressaquinha, Desterro do Melo, Mercês, Dores do Turvo, Senador Firmino, Brás Pires, Paula Cândido e Ubá.

3. Infraestrutura

Uma coisa é certa, a insuficiência do saneamento básico também está associada ao desperdício de oportunidades preciosas de redução da pobreza, aumento da inclusão social e promoção do desenvolvimento econômico. As consequências mais conhecidas da falta de saneamento se manifestam na forma de uma proliferação de doenças que sobrecarregam o serviço de saúde pública, somado a elas a mortalidade infantil diminuem o capital humano dos indivíduos mais pobres.

Por outro lado, a expansão das redes de saneamento produz externalidades positivas cujos benefícios incidem, principalmente, sobre os segmentos mais pobres da população. Entre estes benefícios, pode-se mencionar que a disponibilidade de redes de infraestrutura amplia o valor das propriedades dos mais pobres. Outro efeito importante é que a oferta de redes de saneamento viabiliza vários tipos de pequenos negócios e setores com potencial competitivo. Por exemplo, o desenvolvimento de novos destinos para o turismo receptivo, que possui capacidade de geração de empregos superior à média dos demais setores, não é possível sem saneamento adequado.

A expansão da infraestrutura de saneamento deve ser considerada como um veículo de redução da pobreza. Ações neste campo podem gerar resultados mais efetivos que programas sociais de cunho assistencialista. Entretanto, a baixa visibilidade das ações em saneamento, geralmente, não é capaz de competir, em termos de preferências políticas, com essas últimas. O país espera pelo aumento dos investimentos no setor, mas seu ritmo tem se mantido aquém do que seria desejável. Qualquer programa de uso racional de recursos (água, bens materiais, entre outros) tem resultados positivos para a economia de forma expressiva.

3.1. Práticas de Saneamento

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, encontramos o cenário abaixo no Município de Divinésia, para práticas de saneamento.

Tabela 26: Desenvolvimento humano no Brasil 2013

	% da população em domicílios com banheiro e água encanada	% da população em domicílios com coleta de lixo	% da população em domicílios com água encanada
	2010	2010	2010
Brasil	87.16	97.02	92.72
Minas Gerais	94.91	97.85	94.44
Divinésia (MG)	98.58	96.98	92.92

3.2. Abastecimento de Água Potável

Segundo o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2011 (SNIS-2011), os serviços de abastecimento de água potável do Município de Divinésia estão sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG e o percentual da população urbana e total abastecida pela companhia é respectivamente de 100% e de 66%. Esta e demais informações a respeito da cobertura e atendimento dos serviços de abastecimento de água potável, estão disponíveis na Tabela 27.

Tabela 27: Cobertura do abastecimento de água potável – continua.

Município	Prestadora	Pop. urbana atendida	Pop. rural atendida	Pop. total atendida
Divinésia	COPASA	2.175	0	2.175

Fonte: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2011 (SNIS - Ministério das Cidades).

Tabela 28: Cobertura do abastecimento de água potável - conclusão

Município	Quant. de ligações ativas	Quant. de economias ativas	Atendimento urbano [%]	Atendimento total [%]
Divinésia	881	927	100	66,04

Fonte: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2011 (SNIS - Ministério das Cidades).

3.3. Esgotamento Sanitário

Não há dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2010 (SNIS-2011). Segundo informações da Prefeitura de Divinésia a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário é de 100%, mas sem tratamento do esgoto coletado, e, ainda 10% dos domicílios possuem fossas sépticas ou equivalentes.

3.4. Drenagem e Manejo das Águas Pluviais

De acordo com o Atlas de Saneamento 2011, o Município de Divinésia possui condição de drenagem muito boa, como se pode observar na Figura 20. No município foi verificada a existência de rede coletora do tipo separador absoluto, em concordância com as diretrizes de saneamento básico, ou seja, o esgotamento sanitário e às águas pluviais são coletadas em redes distintas.

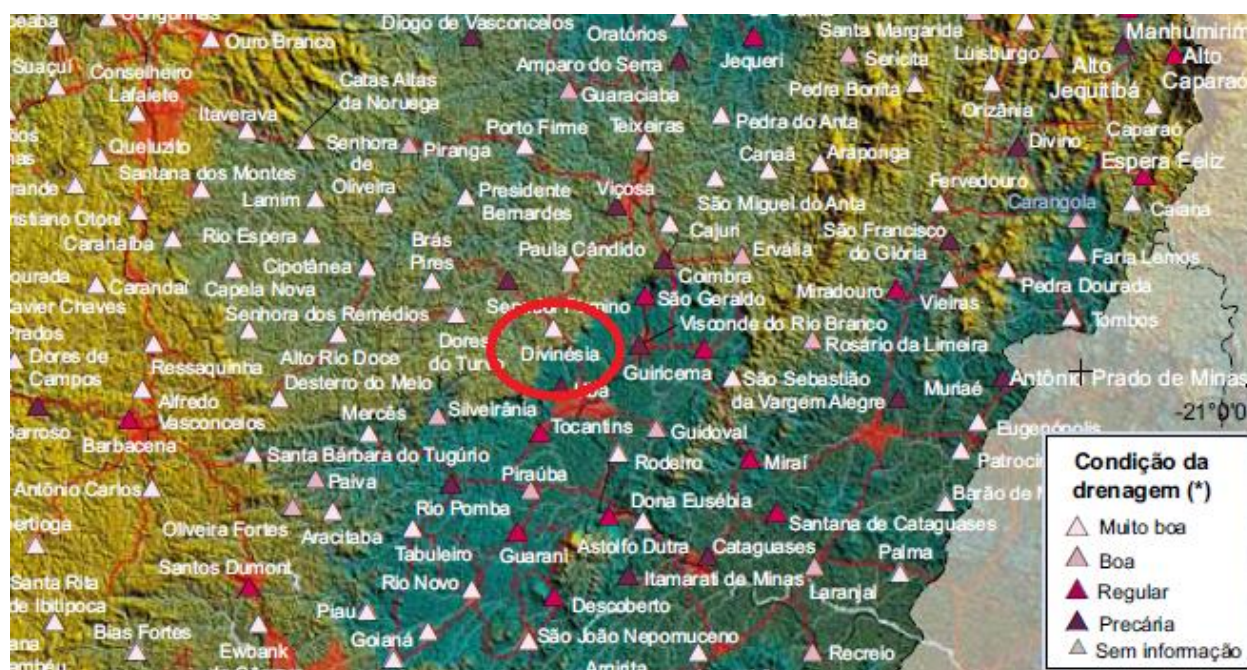


Figura 20: Condição de drenagem do Município de Divinésia

3.5. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Segundo o Diagnóstico dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no município do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2010 (SNIS-2011), os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Divinésia estão sob a responsabilidade da Administração. No SNIS não há informações sobre o percentual da população atendida pelo serviço de coleta de lixo nem outras informações a respeito da cobertura e atendimento dos serviços limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município.

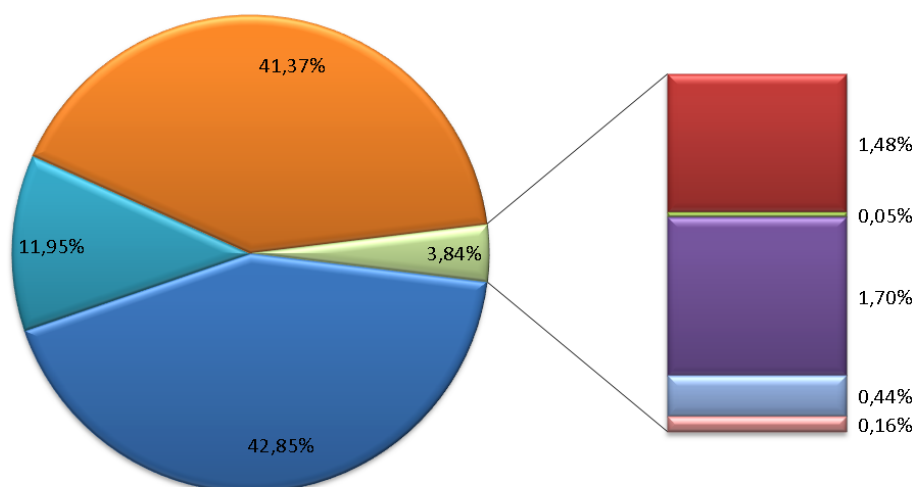
De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a situação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Divinésia está descrita na Tabela 29 e no Gráfico 10, onde se observa que quase 43% dos domicílios possuem a coleta como destinação do lixo.

Tabela 29: Domicílios particulares permanentes – destino do lixo

Descrição	Domicílios
Coletado	782
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	27
Jogado em rio, lago ou mar	1
Outro Destino	31
Queimado (na propriedade)	218
Coletado por serviço de limpeza	755
Enterrado (na propriedade)	8
Jogado em terreno baldio ou logradouro	3

Fonte: IBGE 2010.

Destino do Lixo - Divinésia - Censo 2010



- Coletado
- Jogado em rio, lago ou mar
- Queimado (na propriedade)
- Enterrado (na propriedade)
- Coletado em caçamba de serviço de limpeza
- Outro destino
- Coletado por serviço de limpeza
- Jogado em terreno baldio ou logradouro

Gráfico 10: Domicílios particulares permanentes – Censo 2010.

3.6. Energia Elétrica

De acordo com a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, a energia elétrica é fornecida para o município pela Cia Força e Luz Cataguases – Leopoldina - 2005.

4. Bibliografia

ASSEMBLEIA DE MINAS Poder e Voz do Cidadão. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=218>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.428, de 22 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 09. Dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>>. Acesso em: 09. Dez. 2013.

CAMPANILI, M. & PROCHNOW, M. Mata Atlântica – uma rede pela floresta. Brasília. RMA: 2006.

CEMIG A Melhor Energia do Brasil. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/homepage.aspx>>. Acesso em: 12 dez.2013.

CIDADE-BRASIL. Município de Divinésia. Disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-divinesia.html>>. Acesso em: 12 dez.2013.

COPPETEC FUNDAÇÃO. **A Bacia Hidrográfica.** Disponível em: <http://www.hidro.ufri.br/pgrh/pgrh-re-010-r0/volume1/capitulo3-vol1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAIBA DO SUL. Disponível em: <http://www.comiteps.sp.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 dez.2013.

COMITEPS. Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Disponível em: <http://www.comiteps.sp.gov.br/imagens/mapao.jpg>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FÉRIAS. Disponível em: Acesso em: <http://www.ferias.tur.br/fotoqr/99837/bandeiradedivinesia-mq/divinesia/>>. Acesso em: 12 dez.2013.

GEÓGRAFOS. Disponível em: <http://Www.Geografos.Com.Br/Cidades-Minas-Gerais/Divinesia.Php>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312190&search=minas-gerais|divinesia>>. Acesso em: 12 dez.2013.

GOVERNO DE MINAS GERAIS . Mesorregiões e Microrregiões. Disponível em: <http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&chPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxp=5922>>. Acesso em: 12 dez.2013.

GRUPO ENERGISA. Disponível em: <http://www.grupoenergisa.com.br/grupoenergisa/default.aspx>>. Acesso em: 12 dez.2013.

HIDROWEB Sistema de Informações Hidrológicas. Disponível em: <http://hidroweb.ana.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez.2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA. Disponível em: <http://divinesia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

WIKIPÉDIA. Divinésia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Divin%C3%A9sia>>. Acesso em: 12 dez.2013.

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ab/MinasGerais_Municip_Divinesia.svg

RADAM Brasil. **Levantamento de Recursos Naturais. Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação e Uso Potencial da Terra** Projeto Radambrasil v. 32 -. Folhas SF 23/24 Rio de Janeiro/Vitória. IBGE, 1983. 775 p.

DNPM – Departamento Nacional de Proteção Mineral. **SIGMINE**. Disponível em: <http://sigmine.dnrm.gov.br/webmap/>>. Acesso em: 06. Dez. 2013.

SCOLFORO et al. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais: componentes geofísico e biótico**. Lavras: Editora UFLA, 2008. 161 p. Disponível em: http://www.zee.mg.gov.br/pdf/componentes_geofisico_biotico/7fauna.pdf>. Acesso em: 05. Dez. 2013.



SINAN - **Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. Disponível em: www.saude.gov.br/sinanweb. Acesso: 24 de janeiro de 2014.

UOL O Melhor Conteúdo. Eleições 2012 – Divinésia. Disponível em: <http://www.uol.com.br/#h>. Acesso em: 12 dez.2013.